



Número: 14

Horta, Terça-Feira, 26 de Março de 1985

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

III Legislatura

I Sessão legislativa

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Manuel Goulart e David Santos (interino)

S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 15,05 horas.

No Período da Ordem do Dia: prosseguiram os debates sobre o **Plano a Médio Prazo 85/88**, bem como das propostas do **Plano e Orçamento para 1985**.

Intervieram nos debates os Srs. Deputados Manuel Serpa (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), Ivo Soares (PS), José Decq Mota (PCP), Manuel Goulart (PS), Francisco Sousa (PS), Dionísio de Sousa (PS), Fernando Faria (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Raimundo Mesquita (PS), José Ramos Dias (CDS), Renato Moura (PSD), Jorge Cabral (PSD), Jorge Castanheira (PSD), e ainda o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos), o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos), o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima), o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves), o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomaz Duarte), o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes) e o Sr. Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso).

A continuação dos trabalhos ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada. (Eram 15,05 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alvaro Monjardino, António Silveira, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Flor de Lima, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Leovigildo, José Simas Raposo, Luís Sousa Bastos, Manuel Melo, Melo Alves, Natalino Viveiros, Reis Leite, Renato Moura, Pacheco de Almeida; **PS** - Carlos Mendonça, Conceição Bettencourt, Dionísio Sousa, Hélio Pombo, Ivo Soares, João Macedo, José Manuel Bettencourt, José Resendes, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita, Francisco Sousa;

CDS - Alvarino Pinheiro, José Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 37 Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Srs. Deputados, vamos começar os nossos trabalhos. Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento à apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional das finanças sobre os documentos em discussão.

Eu pedia aos Presidentes dos Grupos Parlamentares que, dentro da medida do possível, fizessem as inscrições para se poder cumprir o nº 2 do artigo 1º da Resolução aprovada ontem. Já tenho aqui do Partido Socialista, do CDS e do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1ª - E preocupação manifesta das autarquias, dos sindicatos e das populações o estado de degradação em que se encontram muitos dos pequenos portos de pesca da Região que muito significam ainda para o nosso povo.

Pergunto ao Sr. Secretário da Agricultura e Pescas se há algum plano geral que envolva a reparação desses pequenos portos de pesca.

No caso de existir esse plano, quais são as acções previstas para o corrente ano?

2ª - Algumas ilhas continuam com zonas escuras, impedidas de captar, normalmente, a RTP Açores.

Algumas Câmaras da Ilha do Pico incluíram nos seus orçamentos, durante alguns anos, verbas que apoiariam a construção de pirolitos.

E o caso concreto da Câmara da Madalena em relação à freguesia da Candelária, e da Câmara das Lajes em relação à freguesia das Ribeiras. Este ano essa verba foi retirada por se julgar que o retransmissor a construir no Cabeço Gordo na Ilha do Faial resolveria o problema. Só que, posteriormente, soubemos que já não se constrói o referido retransmissor que resolveria simultaneamente o problema da televisão na Ilha das Flores, mas que se optou por outro sistema. Afinal que se passa, concretamente com a cobertura televisiva da Região já que o Governo, nesta Assembleia, prometeu resolver a curto prazo?

3ª - A reconversão da vinha tradicional da Região é contemplada no Plano de Médio Prazo e é uma medida acertada. Pergunto:

a) Em que moldes se processa essa reconversão?

b) Foram feitos estudos aos nossos solos no sentido de ajustar os mesmos às melhores castas?

4ª - A participação no arranque desportivo da Região é sustentada, em algumas ilhas, pela carolice de alguns. Está nos planos da Secretaria Regional da Educação e Cultura a criação nessas ilhas de Delegações com estrutura idêntica à que existe já em algumas ilhas?

Era só. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As minhas perguntas relacionam-se com a apresentação propriamente.

Na apresentação dos Planos e Orçamento, o Senhor Secretário Regional das Finanças começou por referir que não se deveria enveredar por um tratamento académico do Plano nem se deveria entrar na dicotomia de posições entre optimistas e pessimistas.

So que o discurso do Senhor Secretário

foi objectivamente vítima na sua própria advertência.

Isto é: Foi académico e foi demasiado optimista.

As considerações globais, tal como toda a prosa respeitante aos capítulos iniciais do Plano, constituíram uma análise recheada de concepções teóricas com uma linguagem mais ou menos universal que bem pouco tem a ver com a situação regional.

Os mais incautos podem ter ficado com a impressão de que este Plano e este Orçamento têm subjacentes uma política financeira.

é verdade ou não que:

- Este Governo não tem poderes para conceber uma política cambial;

- Este Governo não tem poderes para conceber uma política creditícia;

- Este Governo não tem poderes para conceber uma política monetária;

- Este Governo não tem poderes para conceber uma política fiscal.

Já agora pergunta-se: Há anos que o Governo promete apresentar um projecto legislativo sobre Sistema Fiscal.

Vai finalmente apresentá-lo este ano? E que da explanação aqui feita, tal como no próprio Plano, não se consegue perceber claramente as linhas de orientação do governo nesta matéria.

- Pretende-se ou não reduzir a carga fiscal na Região?

- Pretende-se ou não isentar ou reduzir os impostos sobre os lucros?

- Pretende-se ou não reduzir os impostos sobre o trabalho?

- Pretende-se ou não reduzir os impostos sobre a poupança?

- Pretende-se ou não diminuir o impacto negativo do IVA na Região?

- Pretende-se ou não aumentar as receitas fiscais da Região?

Dado que neste momento o Governo não possui os instrumentos elementares para gizar uma política financeira e orçamental eficaz.

Na prática, se formos realistas, verdadeiros, e não nos deixarmos embalar por linguagens e estilos próprios de políticos responsáveis pelo sector de Finanças de outras paragens, aqui na Região não estaremos, quase tão ^{so} sujeitos a uma política **não financeira**, mas de **tesouraria**?

As nossas limitações de acção são ou não impossibilitadoras de uma política **financeira própria**?

E ou não verdade que este Governo nem consegue controlar a política salarial dos seus inúmeros funcionários?

E ou não verdade que os vencimentos dos próprios Membros do Governo estão dependentes da política nacional sobre remuneração dos titulares de cargos políticos - Para sua ilimitada

satisfação?

E ou não verdade que este Governo não intervém tão pouco em matérias como Abono de Família e demais subsídios de âmbito social, inclusive subsídios para alimentação?

E ou não verdade que este Governo não tem uma política própria numa área fundamental como os montantes das pensões de reforma e de velhice?

E ou não verdade que este Governo vai a Lisboa com tanta frequência para, no fundo, tomar conhecimento com alguns dias de antecedência sobre as decisões nacionais que versam todas estas políticas, quando em muito casos os próprios órgãos de informação a nível nacional não antecipam essas próprias informações?

- Que instrumentos reais utiliza este Governo para fazer uma melhor distribuição da riqueza produzida nos Açores?

- Que instrumentos reais tem utilizado este Governo para conter uma inflação que é galopante e coloca largas camadas da população numa situação social e económica insustentável?

- Que instrumentos tem utilizado este Governo para implementar uma política de transportes sobretudo de mercadorias para satisfazer uma economia isolada e já de si penalizada por custos adicionais de insularidade?

- Como compatibiliza este Governo, opções como a de apostar no desenvolvimento de produções e sectores onde a região possui uma manifesta vantagem comparativa e ao mesmo tempo toma como grande opção a diversificação da economia regional?

Não é isto uma redonda contradição teórica e prática?

Mas as contradições de fundo não se ficam por aqui:

é que o Governo aposta ainda totalmente numa política de substituição de importações o que acentua a contradição com a opção pelas áreas de manifesta vantagem comparativa.

Mais: no próprio discurso oficial se reconhece que a Região não tem condições para a auto-suficiência - que é uma miragem. Isto porque não temos possibilidades de atingir economias de escala e as economias externas estão por criar nuns casos e noutros são totalmente inexistentes.

Então, como se vai fazer uma opção de fundo pela substituição de importação - com todas as contradições já apontadas e com mais uma e decisiva que é o facto da Região não poder pôr em prática uma política de protecção às indústrias nascentes, com as reservas que esta matéria envolve.

A única experiência que tivemos foi negativa, violadora não só das normas constitucionais como denunciadora de um perigoso favoritismo que motivou a repulsa dos sectores económicos

e políticos.

Mas o discurso deste Plano mantém também outras promessas que vêm de trás, só que agora com cada vez menos aceitação.

A modernização dos sectores produtivos - será que será feita nos termos que tem sido até aqui?

O fomento do investimento produtivo nomeadamente reservando verbas impressionantes para o sector privado.

Para já: é curioso que os próprios empresários não partilhem desse optimismo. Veja-se o parecer da respectiva Câmara de Comércio e Indústria.

Mé melhor do que isso temos a prática do próprio Governo.

O Sr. Secretário usou números - nós também temos números.

Veja-se o último Plano de Médio Prazo:

E ou não verdade que o Governo anunciou 812 mil contos para a Indústria e só realizou 110 mil contos, isto é 14% do que se tinha proposto?

E ou não verdade que o Governo anunciou 422 mil contos para o Comércio e só realizou 90 mil contos, isto é, 21% do que tinha prometido?

E ou não verdade que o Governo anunciou 1 milhão de contos para o Turismo e só realizou 50%?

E ou não verdade que isto retira total credibilidade às propostas e intenções Governamentais?

E ou não verdade que isto é a antítese do Planeamento, dado que não se podem considerar desvios aos programas mas, sim, a falência das próprias propostas?

Mas o Senhor Secretário também fez um esforço para nos dar números sobre o impacto do Plano nas Ilhas! É louvável.

Porém, qual o termo de comparação desses números com o que aconteceu nos anos anteriores?

Que tipo de oferta de emprego é que traduzem e se o mesmo é compatível com a procura de emprego existente?

E isso, que precisamos de saber, Sr. Secretário: Deveria ou não ser esta a resposta a dar pelo Plano!

Qual a adequação dessas necessidades de mão-de-obra à avalanque de jovens que saem do sistema escolar?

Já agora como explica o anormal insucesso escolar na Região? Será uma forma de conter o aumento da procura do emprego?

Corresponde a deficiências do sistema de ensino ou trata-se de uma política deliberada do Governo?

Será que as apreensões que o Plano aponta quanto à tendência para o aumento do desemprego está na mente do Sr. Secretário quando aqui aponta que o mesmo plano vai contribuir para

a resolução do desemprego?

Em que é que ficamos?

Mas este Plano tem uma inovação.

O Turismo passa a ser sector chave?

O Senhor Secretário acredita, como disse, que o nosso clima é ameno e propício ao turismo?

Por que razão os responsáveis pelo sector se queixam sistematicamente que só temos turismo 3 meses no ano?

Por que razão a nossa taxa média de ocupação das unidades hoteleiras não atinge os 40%?

Por que razão as nossas empresas do sector estão quase todas em gravíssima situação financeira, sendo o Governo o seu principal accionista?

Será que o Governo quando optou pelo Turismo como sector chave do desenvolvimento estava influenciado pelo dinamismo dos Hoteis dos Franceses?

Já agora, que pensa o Governo fazer das magnificas instalações de Agua de Alto e Sete Cidades caso se confirmem os rumores que por aí circulam?

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Oferecê-las ao Sr. Deputado é que não!

O Orador: O Plano de Médio Prazo já deveria ter resposta para isso.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): O Sr. Deputado é que não tem!

O Orador: Quanto aos projectos que servem de base à política do Governo e que foram enunciados pelo Senhor Secretário, muito haveria a dizer.

No entanto, perguntamos: se há alguma coisa de novo e que valha a pena saber sobre:

- Zona Franca de Santa Maria.

- Parque Industrial da Terceira

- Projectos Siameses (é bom lembrar que continuam com idêntica verba). Será promessa, Senhor Secretário, ou apenas rigor de planeamento?

E bom lembrar que o Sr. Secretário referiu aqui a inviabilidade de uma economia aberta como a nossa ter planeamento rígido. Mas até parece que não.

E o caso do Porto das Flores?

E do Porto de Santa Maria?

E da Geotermia?

Por falar em energia, garante o Senhor Secretário que algumas das nossas ilhas, depois de 10 anos de Autonomia, vão passar a ter esta questão resolvida?

Não se justifica, Senhor Secretário, um Plano de Emergência para o caso da Terceira, como tivemos ocasião de falar na Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros? Justifica-se ou não?

Presidente: Sr. Deputado eu não quero interrompê-lo, mas é só para lhe dizer que, não havendo regimentalmente nada que o impeça de continuar, eu gostaria de pôr à sua considera-

ção que 30 minutos é o tempo que existe para perguntas e há muitos Srs. Deputados inscritos.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou fazer um esforço.

Já que o Governo Regional não deu prioridade ao assunto, os Americanos vão ou não investir na geotermia na Terceira?

Por falar nos Americanos e na Base das Lajes impõe-se uma precisão.

O contributo daquela Base para o Orçamento Regional tem crescido, não só em resultado das negociações entretanto efectuadas, mas também nos parece que em função das variações cambiais. Não será assim?

Em suma: parece que há muito dinheiro para gastar. Ainda bem!

A crise é só nacional (ainda bem!), nos Açores é tudo um mar de rosas e sobretudo de eficiência de gestão.

Na minha terra, seria caso para dizer que estamos perante o Império do "Carlinhos Papagaio" que em s. Pedro todos os anos convidava as crianças do sítio para fazer a sua coroação em grande festa só que a coroa era de papelão.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Alvarino é o Sr. Deputado, que eu sou Alvaro!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Soares.

Deputado Ivo Soares (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Apenas duas perguntas muito breves:

1ª - Atendendo ao papel importante do aproveitamento hídrico na produção de electricidade e ao facto de a ilha do Pico se apresentar extremamente deficitária no campo energético, pergunto para quando está previsto o fim dos estudos para o aproveitamento hidroeléctrico da lagoa do Paúl.

2ª - Com a preparação do arranque das Arroteias do Pico tem vindo a verificar-se a degradação do sector dos serviços Agrícolas situado na Freguesia da Piedade. Sem querer colocar em causa o Plano das Arroteias do Pico ou a localização da sede dos Serviços Agrícolas desta Ilha, pergunto se está previsto o desmantelamento dos serviços da Piedade, ou se pelo contrário se pretende dinamizá-los no sentido de implementar o seu papel de intervenção pedagógico na agricultura do Pico?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu apenas queria fazer uma pergunta relativa à intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças.

A intervenção do Sr. Secretário foi uma

intervenção com uma linguagem muito geral e muito feita na base de conceitos que terão tido, pelo menos, o mérito de "vestir" de forma mais ou menos elegante uma realidade que se afigura bem mais crua e bem mais difícil do que aquela que pode resultar da audição atenta das palavras do Sr. Secretário.

E evidente que uma intervenção desse tipo, para ser contraposta, a meu ver, não o é com facilidade em termos de duas ou três perguntas que se possam fazer e terá que o ser através de intervenções a serem produzidas noutra ocasião.

Limitava-me, portanto, a pedir ao Sr. Secretário Regional das Finanças o favor de me responder a uma questão concreta relacionada com o desenvolvimento que fez em relação ao problema do sistema fiscal. O Sr. Secretário avançou alguma coisa mais do que está escrito no Programa do Governo - talvez não tenha sido tanto mais do que pudesse parecer à primeira vista - mas a minha pergunta era a seguinte:

- Que pensa concretamente e quando e como o Governo fazer em relação ao sistema fiscal: que iniciativa vai ter e quando?

A pergunta era esta. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo um dos grandes objectivos do P.M.P. "prossequir o esforço de redução das dependências externas, nomeadamente no que diz respeito ao abastecimento de energia" e afirmando-se que "os Açores dispõem de condições especiais para atingir um elevado grau de auto-suficiência num factor essencial ao desenvolvimento, o energético", citei;

Pergunta-se se já está devidamente estudada e garantida a rentabilidade da energia geotérmica nos Açores?

Aproveito ainda para perguntar em que ponto se encontram os estudos relativos ao "Projecto Geotérmico Pico/Faial, dado que no Plano para 1985 - Projecto 49.3 - as acções a desenvolver não vão além de "Eventual instalação de equipamentos pertencentes à rede de vigilância sísmica e vulcânica" e execução **Eventual** de pequenos trabalhos de prospecção, enquanto no P.M.P. 85/88 uma das acções a desenvolver neste sector é "iniciar a construção da Central Geotérmica do Faial"?

Por outro lado nas "Medidas de Política" para o sector da energia aponta-se para, cito, **"manter uma política de preços adequada à situação Regional"**.

Pergunta-se qual será essa política?

Se se entende por "manter uma política de preços adequada à situação regional" o facto da população dos Açores continuar a pagar as

tarifas mais altas do país, e uma das mais elevadas da Europa?

No que se refere a transportes, reconhece-se no P.M.P. que "é a nível dos transportes marítimos que se centram as principais responsabilidades perante os sectores básicos e as actividades económicas".

Apontou também o Senhor Secretário Regional das Finanças, na apresentação do Plano que o problema dos transportes não se resumia à construção de infraestruturas e que era um grave problema a resolver.

Numa altura em que - segundo julgamos saber - ainda não foi promulgada a Lei que cria a "Transinsular" e por conseguinte não se sabe ao certo como e em que medida esta nova empresa servirá os Açores, o Governo limita-se nas suas "Medidas de Política" para este sector, ao "acompanhamento da evolução do sistema de transportes marítimos, desenvolvendo acções que permitam o acesso a um transporte económico, caracterizado ainda pela regularidade e frequência adequada", citei, não se especificando quais são essas acções.

Sabendo-se que o Governo Regional não participa no capital social da "Transinsular" e que os transportes que temos são transportes inadequados, bastante caros e caracterizados por uma grande irregularidade, pergunta-se como pensa o Governo executar esta medida?

"Se os operadores nacionais mantiverem o sistema de ligações directas entre o continente e os portos da Região, o tráfego e as trocas inter-ilhas continuarão a ser pouco intensos.

Se, pelo contrário, optarem por um sistema de linha directa para os principais portos, fazendo-se posteriormente o transbordo para os restantes, haverá expansão do tráfego inter-regional" citei a "Situação Sócio-económica - Setembro de 1984" elaborada pelo DREPA.

Pergunto: por qual destes sistemas opta o Governo?

E que motivos o levam a tomar essa opção?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1ª - O PMP apresenta como acção a desenvolver e cito "implantação de um sistema regional de incentivos à construção e aquisição de habitação própria mediante a criação de adequadas linhas de crédito". A esta acção não corresponde nenhum programa. O que é esse sistema? Que são essas linhas de crédito? Este é um dos problemas levantados pelos Sindicatos. Pretende-se resolver a situação das famílias que nem têm capacidade para se abalancarem ao apoio à habitação degradada?

2ª - Pretende o Governo Regional pôr cobro ao Regime de Contratos a Prazo sobretudo na Secretaria Regional do Equipamento Social? Estes contratos são normalmente irregulares para não dizer ilegais.

3ª - Quanto às Empresas Públicas, que medidas estão previstas no sentido do aumento efectivo do controlo da gestão por parte dos trabalhadores, direito consagrado na Constituição?

Ao Senhor Secretário Regional da Educação perguntaria o seguinte:

- Conhece as condições em que está a funcionar a Secretaria da Escola Secundária da Horta cujos funcionários estão há vários meses a fazer horas extraordinárias?

A Escola Secundária da Terceira de que se fala no PMP é a mesma de que fala a Câmara Municipal da Praia da Vitória no seu parecer?

- O PMP fala em 4 Escolas Preparatórias em S. Miguel e aonde? Arrifes, Rabo de Peixe, Maia, Povoação.

Ao Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais perguntaria se a construção da Casa do Povo de S. Sebastião na Terceira e da Maia em S. Miguel serão contempladas ainda neste PMP, conforme promessas já feitas àqueles órgãos.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1ª - Na sua apresentação do Plano e Orçamento, o Senhor Secretário Regional das Finanças disse entre outras muitas coisas que esperava que o debate destes textos, não se fizesse no quadro de uma discussão entre pessimistas e optimistas - afirmação que já foi aqui citada mas que eu posso repetir.

Uma das coisas que mais contribui para o pessimismo é haver pretensões e necessidades que se desejariam ver resolvidas, mas que, apesar de repetidas e às vezes gritadas não vêem solução adequada a arrastam-se plano após plano.

E para que esse pessimismo não aumente que resolvemos, neste período reservado para perguntas, fazemos eco de algumas preocupações expressas pelos parceiros sociais e autarquias nos seus pareceres e sugestões ao Plano 85/88.

A primeira pergunta, complementa a já feita por um camarada de bancada sobre os portos de pesca artesanal. A minha é mais concreta.

- Estão previstas para o período do PMP 85/88, algumas obras de reparação ou beneficiação para portos de pesca da Terceira, nomeadamente S. Mateus, Porto Judeu e Biscoitos? Saliente-se para os dois primeiros a importância que tem para a actividade piscatória da ilha, e para o terceiro, a facilidade das obras a efec-

tuar.

- O grave problema da brucelose na expressão do Conselho da Ilha Terceira, preocupa toda a gente, nomeadamente, os lavradores como é óbvio. As medidas tomadas até agora, têm-se revelado totalmente ineficazes. Existe algum plano específico e eficaz de ataque à resolução deste problema?

2ª - Falar do problema da energia eléctrica na Terceira até agora tem sido energia perdida.

A minha pergunta sobre o tema vai ser mesmo para o Governo brilhar. Será neste período do PMP que o problema na Terceira ficará satisfatória e definitivamente resolvido?

Digam-nos que sim, mas digam-nos também porquê. Para que acreditemos sem reservas. E o que precisamos.

Mais duas questões apenas sobre o tema:

- Está alguma coisa prevista para as hidroeléctricas da Terceira? A autonomização por exemplo, parece que não seria cara, financeiramente e teria vantagens.

Está já a ser programada a coordenação entre a "futura" Geotermia na Terceira e a "futura" nova Central Eléctrica da Praia? Não é cedo demais para começar a pensá-lo se se pensar que em S. Miguel se resolveu tarde de mais o problema.

3ª - O chamado Matadouro Industrial da Terceira tem merecido a honra de adiamentos sucessivos em todos os PMP e Planos Anuais do Governo Regional.

Os actuais planos parecem fazer mais do que isso. Pretendem "matá-lo" definitivamente. Algumas reparações no actual matadouro, propostas no Plano 85, significam mesmo que os terceirenses terão de dizer adeus definitivamente ao Matadouro Industrial da Terceira ou da Praia da Vitória e contentar-se com uma Casa de Matança com maiúsculas?

4ª - Ao ouvir o Sr. Secretário Regional das Finanças dizer ontem, na sua apresentação, que "a função de todos os Governos é descobrir os meios mais eficazes, em termos de custo, para atingir as metas de desenvolvimento", recorde-me que, horas antes lera num texto da Câmara Municipal das Lajes do Pico, no seu contributo para os planos, o seguinte:

"O plano de construção dos portos do Pico - apesar das diligências dos sectores governamentais, mostra-se à partida incapaz de dar resposta às exigências de desenvolvimento da zona oeste da Ilha. O precipitado aproveitamento de projecto de ambição e com forte carga política, prejudicou seriamente a Ilha do Pico, Julga-se que ainda é tempo de emendar algo do que está feito, pois a não ser assim, jamais a ilha disporá do porto de que carece uma vez que nenhum

dos três portos construídos pode ser considerado, pelas suas características, e situação, o porto de que a ilha reclamava e continua a reclamar. É perigoso e frustrante "condenar" a ilha ao estagnamento - como pretende o Governo Regional, em termos de custo, se é que pretende emendar esta situação no prazo do PMP.

5ª - A Câmara Municipal das Velas numa das suas sugestões para o PMP, diz o seguinte:

"Julgamos de extrema necessidade e utilidade uma definição concreta sobre a entidade responsável pelos diversos caminhos e estradas existentes na Região.

Isto porque a definição existente é bastante antiga e não contempla por um lado, os novos caminhos construídos e, por outro, ainda classifica caminhos que se tornaram desnecessários ou até inexistentes.

Uma medida deste tipo deverá ser precedida de um estudo profundo em que participassem elementos da SRES, SRAGP e Câmaras Municipais".

A avaliar pelos planos em discussão a sugestão caiu em saco roto. A pergunta é se o Governo Regional, nos próximos 4 anos, não lhe pretende dar mesmo nenhum seguimento?

6ª - Por disposição estatutária as Secretarias Regionais estão repartidas por três polos regionais, Ponta Delgada, Angra e Horta. Os institutos públicos regionais e as empresas públicas regionais têm a sua sede num único polo político-administrativo. Tem o Governo Regional intenção, nos próximos 4 anos, de harmonizar estes dois sistemas desconcentrando algumas sedes de institutos e empresas públicas por outras ilhas?

7ª - O programa 23 do PMP dotado com 840 mil contos (cito parecer da Comissão dos Económicos e Financeiros) "permite subsidiar entidades particulares de interesse colectivo e parece carecer de uma regulamentação que lhe fixe o enquadramento normativo adequado".

A pergunta é: está o Governo Regional na disposição de aceitar a sugestão e apresentar nesta Assembleia a respectiva proposta de regulamentação?

8ª - O funcionamento da Escola de Enfermagem de Angra tem suscitado algumas preocupações em relação, por exemplo, à composição do seu corpo docente, índices de insucesso escolar que parecem bastante elevados, sobretudo nos últimos anos, etc. Sabemos que o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais está tentando resolver o problema das instalações da Escola. Perguntamos se tem acompanhado os problemas do funcionamento interno da Escola e que medidas tem planeadas para os resolver?

9ª - A preocupação de incentivar actividades económicas, em que a Região tem vantagens comparativas é clara no Plano. A atitude manifesta de desencorajar outras, não aparece, porém,

com tanta clareza.

O Sr. Secretário ontem fez uma referência explícita a actividades económicas e que devem ser desencorajadas.

A pergunta é: quais as actividades económicas concretas que o Governo Regional considera de desencorajar?

A indústria do açúcar que tem custado à Região, anualmente, mais do que a própria SATA, deverá ser considerada entre estas últimas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados...

Presidente: Antes de começar, gostaria só de informar de que tem cerca de um minuto ou um minuto e meio para esgotar o tempo.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, perante a informação de V. Exa., eu vejo-me impossibilitado de formular qualquer pedido de esclarecimento - eram vários - e, como tal, prescindindo do uso da palavra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Mesquita.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Pelo mesmo motivo prescindindo da palavra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Dinis.

Deputado José Dinis (PS): Prescindindo da palavra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Prescindindo da palavra também pela mesma razão.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, parece até que, só o simples facto de chegar aqui para dizer que prescindindo da palavra, já esgotou o minuto e meio...

Presidente: De forma nenhuma. Eu não estava a contar o tempo.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): ...de forma que prescindindo da palavra.

Presidente: É óbvio que eu não estou contando o tempo enquanto os Srs. Deputados não usam da palavra.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): E que assim não dá para nada. O Governo Regional fica mais à vontade para as respostas.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Agradeça ao CDS!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Pelo mesmo motivo prescindindo da palavra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Dias.

Deputado José Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, não tenho tempo.

Presidente: Não havendo mais inscrições, e os Srs. Deputados não tendo querido aproveitar o minuto e meio que ainda havia disponível, eu, nos termos regimentais, vou suspender a sessão por 30 minutos para que o Governo Regional possa preparar as respostas.

Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos representantes dos outros dois partidos, como os respectivos membros da Mesa, que se reunissem comigo no meu gabinete.

Estão suspensos os trabalhos.

(Eram 15,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, pedia que reocupassem os seus lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 16,25 horas)

O Governo tem 30 minutos para responder às questões que lhe foram postas.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

Secretário Regional do Equipamento Social

(Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, para já, tiro uma certa ilação que poderá, no debate, vir a concretizar-se ou não. Mas a que eu tiro é que, para uma Secretaria que tem que gerir um investimento de mais de 7 milhões de contos em 85 e 28 milhões em 4 anos, as perguntas foram poucas e formuladas, como aliás esperava, de uma forma correcta.

Isso quer dizer que não devemos estar em muito mau caminho.

Quanto a casos concretos de linhas de crédito, sabe-se que, principalmente no sector cooperativo, e não só, a Região está a beneficiar de linhas de crédito de nível nacional. Vem-se desenvolvendo esse processo e a Região está a apoiar muito mais do que isso, como toda a gente sabe, - e daqui a bocado ou amanhã poderão ouvir - com programas que vêm-se desenvolvendo de apoio a cooperativas, auto-construção e habitação degradada.

E um investimento muito grande, e seria bom que os Srs. Deputados que formularam esse pedido, talvez copiando um pouco isto, o transmitissem ao Governo Central porque lá não se faz nada do que se está a fazer na Região.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ao Governo Central ou ao PSD?

O Orador: A responsabilidade primeira é do Partido Socialista, e já foi noutras ocasiões anteriores, por isso era bom, quando se diz qual o apoio á habitação na Região, - e basta dizer que as populações é que podem dar a resposta, e dão-na certamente através dos seus deputados porque assim é que tem que ser em democracia - e os srs. se quiserem vir aqui e falar como

deve ser, podem dizer que as populações estão satisfeitas com o apoio que se dá à habitação.

Há assuntos que não estão a correr bem, de ordem burocrática, mas, de uma forma geral, os Planos são efectivamente bem aceites e a procura é cada vez maior.

Quanto ao aspecto de que me falaram também, do despedimento de trabalhadores, o que se passa é o seguinte: este Plano está a ser aprovado hoje.

Quando se chegou ao fim do ano, principalmente, no sector de estradas, não começámos logo a implementar acções porque não tínhamos um Programa, nem um Plano aprovado - nem sequer para 85.

E, como é evidente, houve contratos a prazo que são perfeitamente legais, os trabalhadores saíam para o seu período de férias, estão a regressar alguns e outros vão regressar, e os postos de trabalho estão, neste momento, nas mãos dos Srs. Deputados. Se os Srs. Deputados aprovarem o Programa e o Plano, com certeza que muito mais pessoas vão ser chamadas a trabalhar, porque há muito trabalho a fazer, e estamos empenhados nisso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria

(Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No que respeita às perguntas feitas no âmbito da geotermia e da energia, queria informar o Sr. Deputado Ivo Soares que o aproveitamento hidroeléctrico na Ilha do Pico está pendente do estudo em curso da impermeabilização da Lagoa e que, caso o resultado destes estudos seja positivo, se prevê lançar o concurso durante o ano de 1986.

Perguntou o Sr. Deputado Manuel Goulart da rentabilidade da energia geotérmica nos Açores.

Posso informá-lo, e a todos os restantes Srs. Deputados, que dos estudos realizados, e numa projecção para 1997, se prevê que o custo da energia de produção geotérmica - caso seja viável a sua instalação - será da ordem dos 10% do custo da produção térmica.

A política de preços de energia, posta ainda pelo mesmo Sr. Deputado, diria que são os preços possíveis, isto é, reflectem um equilíbrio aceitável entre os preços reais e os crescentes subsídios governamentais que os atenuam.

Daí que estes preços terão de ter em conta o referido equilíbrio, sob pena do Governo afectar verbas tão elevadas que, a curto ou médio prazo, se poderiam tornar insuportáveis orçamentalmente, ou vir inviabilizar outras acções no domínio produtivo.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pôs em dúvida a diversificação. Há, Sr. Deputado,

que assegurar o abastecimento das necessidades mínimas para não termos de depender em tudo do exterior.

Ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa informo que está em vias de conclusão o projecto de automatização dos aproveitamentos hidroeléctricos da Ilha Terceira.

O avanço do programa geotérmico na Terceira e o seu financiamento está dependente, por razões que são estranhas ao Governo Regional, do sucesso da primeira ou segunda fase do programa de S. Miguel.

Lembro também aqui ao Sr. Deputado Manuel Goulart que a instalação da rede sísmica é indispensável aos estudos de lançamento do programa geotérmico Faial/Pico.

Deputado Manuel Goulart (PS): Ninguém pôs em dúvida!

O Orador: A harmonização entre a geotermia e a produção clássica, no caso da Ilha Terceira, não é possível fazê-la, desde já, sob pena de pôr em risco a resolução do problema energético da Ilha Terceira. E posso afirmar que, estando a ser aplicadas grossas percentagens dos investimentos da EDA na Ilha Terceira - cerca de 47% dos investimentos em 82 e em 84 no ramo da produção - e esperando-se a resolução durante a vigência do Plano a Médio Prazo com a melhoria da rede de distribuição, a aguardar a referida adequação, seria pôr em risco a solução deste problema.

Uma última pergunta que diz respeito a se, sim ou não, o açúcar é das indústrias a deixar cair.

Foi política do Governo trazer a indústria do açúcar até à entrada na CEE, e tem sido um dos pontos importantes e fundamentais nas negociações de adesão. O açúcar não é, Srs. Deputados, uma indústria para deixar cair!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação a algumas perguntas que foram feitas, relacionadas com o sector agrícola e das pescas, aqui vão também algumas respostas muito concretas.

Julgo que a reparação dos pequenos portos de pesca a que se referiu o Sr. Deputado do Partido Socialista do Pico, se referia concretamente aos portos do Pico. Se as coisas se encaminharem tal e qual como estão planeadas, essas obras estarão concluídas praticamente no corrente ano de 85. No que diz respeito aos pequenos portos do Pico com necessidade de reparação no sector das pescas, Piedade, Calhau, Santo Amaro e S. Mateus verão as obras concluídas

- aliás o da Piedade já foi concluído - e os outros verão as suas obras concluídas ainda este ano.

Quanto à degradação dos Serviços Agrícolas da freguesia da Piedade, desculpe, Sr. Deputado, mas isso não é verdade. Não há degradação dos Serviços Agrícolas, ninguém vai retirar os serviços da Piedade, as coisas continuarão como estão, e a Piedade será o núcleo de apoio técnico ao projecto alemão.

Em relação a algumas perguntas relacionadas também com portos de pesca na Ilha Terceira, devo dizer que S. Mateus tem o seu projecto na fase de arranque. O projecto será totalmente concluído este ano, mas no início das obras ficará dependente, de facto, da aprovação final desse mesmo projecto em termos, concretamente, técnicos. Porto Judeu e Biscoitos pressupõem questões de outra ordem, que têm que ser criteriosamente estudadas, tendo em atenção a relação custo/benefício, já que algumas destas obras poderão ser inviabilizadas pelo seu custo, e a alternativa à reconversão da frota pesqueira encontra-se num porto de maior dimensão que é, no caso concreto o da Praia da Vitória, e do desvio de algumas dessas embarcações para a Praia da Vitória.

Quanto à brucelose, não há insucesso de maneira nenhuma. Há um longa história de combate à brucelose nos Açores, estamos numa fase de meditação em alguns dos seus aspectos porque esta doença é, de facto, uma doença complexa e, dado o sistema de manejo dos animais nos Açores, põe problemas distintos em relação ao resto do mundo, algumas incógnitas necessitam realmente de resolução, mas não há o que se possa chamar, de maneira nenhuma, um insucesso do combate. Há é que reiniciar novas formas de luta, se assim se pode chamar, para resolver este problema.

A questão do Matadouro Industrial da Terceira, é uma coisa que muitas vezes tem sido erroneamente empregue.

O Matadouro Industrial é uma superestrutura de grandes concentrações de abate, de aproveitamento dos excedentes, digamos assim, daquilo que são as carnes e os coiros, porque põe em serviço uma máquina técnica e de serviço complexa.

Na realidade, na Ilha Terceira, neste momento, há dois problemas - um relacionado com Angra, outro com a Praia da Vitória - e temos que estudar criteriosamente este problema para lhe darmos, em termos de Matadouro Industrial, a solução mais adequada, muito brevemente.

E julgo que foram estas as perguntas que foram feitas ao sector que me está entregue.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais

(Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à questão posta pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa em relação à Escola de Enfermagem de Angra, gostaria de dividir a resposta em dois aspectos.

Efectivamente, temos acompanhado a Escola de enfermagem de Angra, como procuramos fazer em relação a todos os estabelecimentos de saúde da Região, e este, por razões também óbvias, porque a formação do pessoal de enfermagem é para nós uma grande necessidade.

Nestes termos, temos procurado resolver o problema das instalações. Neste momento, a Escola de Enfermagem de Angra já não está nas instalações provisórias como esteve muito tempo: está numa casa que, embora não construída objectivamente para esse efeito, tem condições bastante boas - pode-se até mesmo dizer - e, por outro lado, está terminadô o projecto para a construção do edificio indicado para a Escola de Enfermagem, que consta do Plano, e que esperamos, portanto, pôr a concurso durante o decurso deste ano.

Quanto ao funcionamento, obviamente que acompanhamos também o funcionamento da Escola. temos aliás, números relativos à evolução e ao sucesso e ao insucesso escolar; tem-se verificado, num caso ou noutro, num ano ou noutro, efectivamente, uma percentagem mais alta do que gostaríamos de insucesso escolar, mas que, segundo me é explicado, é essencialmente devido ao facto de virem entrando para a escola, numa percentagem razoável, alguns alunos com exames "ad hoc" e que, depois, revelam, pelo menos no 1º ano, alguma dificuldade em corresponder aos programas que a Escola tem que desenvolver.

Quanto à resposta ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu gostaria de dizer, em termos de pensões de velhice, que as pensões de velhice na Região Autónoma dos Açores custam anualmente três milhões e trezentos mil contos, num orçamento global da Segurança Social de cinco milhões e seiscentos mil contos. Representam, portanto, à volta de 60% dos custos no sector da Segurança Social.

Nós não estamos em condições de aumentar as pensões, pois, para aumentarmos as pensões, ou aumentamos as participações das entidades patronais, ou as participações dos utentes.

Não me parece oportuno fazer nem uma coisa nem outra. É, portanto, o nível de pensões que nós podemos pagar.

Penso, no entanto, que o principal problema que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro gostaria de levantar, se refere, concretamente, à pensão dos rurais e não às pensões "lato sensu".

Em relação às pensões rurais, e ao contrário do que o Sr. Deputado afirmou, nós temos tido, efectivamente, capacidade política e capaci-

dade técnica para intervir.

Basta ver a nova legislação aprovada nesta Câmara, em relação aos rurais, e que vai permitir que venham a ser pagas aos rurais prestações de montante idêntico aos do regime geral e, portanto, saindo daquele baixo nível que tinham. Baixo nível que tinham essencialmente também pelo baixo nível contributivo que existia e que estava ao nível dos 180\$00 mensais. Bastava pagarmos dois abonos de família para que toda a contribuição fosse devolvida em triplicado e, portanto, assim, - e o Sr. Deputado é economista - pelas minhas contas efectivamente não chegava.

Penso que esta situação tem esta resposta fácil e que é uma questão de olhar para os números.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomaz Duarte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vários Srs. Deputados fizeram referências, ou puseram perguntas, no sector dos transportes e turismo.

Como está prevista para hoje uma intervenção nessas matérias, espero então responder a quase todos os aspectos focados, sem prejuízo de, na altura, fazerem os pedidos de esclarecimento que entenderem.

No entanto, aproveitaria para responder, de imediato, a um reparo que foi feito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e que, afinal, revela um equívoco da sua parte: Turismo não é só sol, não é só praia.

Por isso, não vamos desperdiçar as nossas potencialidades.

Ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, da bancada do PS, direi que os portos do Pico são os portos que temos e que não estão, de modo nenhum, a estrangular o desenvolvimento da ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado do Partido Socialista, Francisco Sousa, - o homem de combate das questões da educação...e dos sindicalismos também - pôs aqui três questões específicas.

A primeira era a questão de umas horas extraordinárias que estariam a ser pagas aqui na Escola Secundária da Horta.

E verdade, e nem é nada de mal que o seja!

Efectivamente, nesta Escola Secundária regista-se a falta de 4 unidades nos quadros

efectivos dos serviços administrativos da Secretaria. Estes quadros, portanto, neste momento, estão desfalcados, o próprio Chefe de Secretaria entrou no seu processo de aposentação, já forma abertas vagas para provimento de 1º, 2º e 3ºs oficiais, e suponho que, a breve trecho, essa situação ficará ultrapassada.

E uma questão pontual, sem relevância de maior, creio eu, para ser aqui considerada e com essa magnitude com que pretendeu dar.

Em segundo lugar, pergunta se a escola Secundária da Ilha Terceira será a Preparatória da Praia e se está no Plano.

E, efectivamente, a Escola Preparatória da Praia que irá arrancar este ano, como pôde ter visto. O Governo pretende e construirá, a partir de 86, portanto, entraremos agora em 85 numa fase de projecto, os terrenos já existem, e em 86 construiremos uma Escola Secundária na Praia da Vitória que conterà já o seu pavilhão gimnodesportivo e será dimensionada para, em princípio, 30 turmas.

Isto é um empreendimento de alta relevância e de muita importância para a ilha e para o nível de ensino a que se dirige porque, este empreendimento, permitirá, não só o atendimento da população escolar daquela área da ilha e da cobertura que ela faz, - ela, cidade da Praia da Vitória - mas, também, simultaneamente, vai descomprimir e vai descongestionar o ensino secundário de Angra.

Isto não significa que, enfim, num plano a partir de 88, o problema do secundário na Ilha Terceira se não torne a pôr também e, com certeza, que quem vier atrás terá de confrontar-se com esta questão.

Mas, para já, é muitíssimo importante esta acção, e creio que vai substancialmente melhorar, a níveis bastante palpáveis, a questão do ensino secundário na Ilha Terceira.

Finalmente, põe-me o problema da construção de 4 Escolas Preparatórias na Ilha de S. Miguel.

Ora bem, posso-lhe dizer, enfim, indo mais longe, que entre aquisição de terrenos, construção, conclusão e arranjos de Escolas Preparatórias em toda a Região, o Plano a Médio Prazo contempla uma verba da ordem dos oitocentos e quarenta e dois mil e oitocentos contos.

No caso concreto, para as 4 Escolas Preparatórias a construir na Ilha de S. Miguel, desta verba que eu citei seiscentos e setenta e dois mil e quinhentos contos são destinados a esse efeito, uma vez que as outras, obviamente, serão para ou conclusão ou para arranjo, portanto, despesas menores.

Evidentemente que este problema da construção de Escolas Preparatórias põe, preliminarmente, uma necessidade de estudo, de meditação, que permitirão vir a definir, em concreto e em especí-

fico, onde serão construídas essas escolas.

Todavia, eu faço ressaltar que a importância delas é muitíssimo grande porque estas escolas vão permitir, no termo do Plano a Médio Prazo, que a cobertura da Ilha de S. Miguel fique considerada como perfeita ou, pelo menos, 99 ou 95%, se quiser, bastante perfeita e bastante capacitada de responder aos problemas que se põem a este nível do preparatório.

Creio eu que, assim, com a construção destas 4 novas unidades, nós poderemos satisfatoriamente colmatar todas as carências que ainda se notam e, conseqüentemente, poderemos pensar que esta acção, no caso específico para a Ilha de S. Miguel, junta com as outras que estão a terminar ou que se irão iniciar, farão a cobertura do preparatório.

E um ponto de honra do Governo levar por diante todo um programa que vem de trás, qual seja o do cumprimento da escolaridade obrigatória.

Não sei se isto o satisfaz mas, mais em pormenor, poderemos depois conversar "inside" ou "outside", se assim o desejar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Gostaria só de lhe lembrar de que dispõe de 11 minutos.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou responder sobretudo a questões que me foram colocadas pelo Deputado do CDS e pelo Deputado do Partido Comunista.

O Sr. Deputado do CDS fez mais insinuações do que perguntas, num estilo que, felizmente, e pelos menos em algum sítio, já acabou.

O Sr. Deputado do CDS disse que eu tinha uma visão optimista!

Esta manhã ouvi na rádio exactamente o contrário: que eu teria uma visão mais pessimista do que optimista.

Mas, se a tenho optimista, Sr. Deputado, é por uma razão: por não estar no CDS!

Quanto às questões que o Sr. Deputado coloca, sob a forma de perguntas com respostas implícitas, direi o seguinte:

Já é tempo, no caso do Sr. Deputado, especialmente, de saber quais são os poderes da Região e quais são aqueles poderes que ela não tem e que tem vindo a reivindicar, com justiça, e para melhoria da nossa qualidade de vida e do nosso desenvolvimento.

O Sr. Deputado também já devia saber que a Região não tem possibilidades de modificar taxas de câmbio. Isso é uma questão elementar que qualquer economista sabe.

O Sr. Deputado também já devia saber

que, quanto à política de crédito, alguma coisa - embora os poderes sejam poucos - tem vindo a ser modificada.

Sr. Deputado, recordo-lhe:

- as bonificações no campo dos investimentos industriais;

- as bonificações de juro no campo do turismo;

- as bonificações de juro sistematizadas no campo da agricultura. Vamos ter ocasião de ouvir nesta Câmara uma exposição do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, sobre essa matéria, e dando conta da política de crédito que há e já está definida para a agricultura.

Mas o Sr. Deputado vai mais longe: em vez de, com as suas perguntas insinuantes, trazer a esta Câmara algum esclarecimento, o Sr. Deputado procura confundir e diz que há contradição entre vantagens comparativas e diversificação da economia.

Então, Sr. Deputado, não é preciso desenvolver as nossas vantagens para que diversifiquemos a economia?!

Mas o Sr. Deputado diz mais: diz que eu ontem referi aqui (e referi!) que a auto-suficiência, no caso das ilhas, era uma miragem.

E, Sr. Deputado! É uma miragem! E não sou só eu que digo isto. Toda a gente que se debruça sobre o problema do desenvolvimento das ilhas o diz! Mas o Sr. Deputado confunde auto-suficiência com abastecimento regular.

O Sr. Deputado confundiu os conceitos ou não os conhece. O problema é seu, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado referiu números, tentando contrapor (e de que maneira, Sr. Deputado!) os números que eu ontem aqui referi. Talvez sejam números de outro tempo, de outros métodos...

Mas vou-lhe dizer o seguinte:

- Como é que os números do Sr. Deputado podem ser verdadeiros se no ano (e só no ano!) de 1984 a Região despendeu em turismo 316 mil contos; a Região despendeu em energia 683 mil contos; a Região despendeu em indústria 109 mil contos; a Região despendeu nas pescas 203 mil contos; a Região despendeu na agricultura 589 mil contos?!

Sr. Deputado, não ficou nenhuma actividade comercial ou industrial, que crédito tivesse, por ser ajudada e apoiada financeiramente pelo Governo!

Esses projectos que são incluídos no Plano e o Sr. Deputado - especialmente o Sr. Deputado - tinha por obrigação de saber, são projectos que dependem de solicitações particulares e da credibilidade dessas solicitações. Se essas solicitações não aparecem, ou se a sua credibilidade não pode ser verificada, esses apoios não são concedidos.

Sr. Deputado, não atiramos dinheiro à

rua!

E quanto às empresas públicas e à sua sede?

Sr. Deputado, com franqueza, e quantas são as empresas públicas na Região?

E os serviços públicos e organismos?

As empresas públicas são aquelas que eu tive o cuidado de referir aqui ontem uma por uma. São empresas públicas que, na sua maioria, foram herdadas e que já tinham a sua sede no sítio onde a têm agora - empresas que foram constituídas antes da autonomia, empresas que foram constituídas por iniciativa privada, herança que nós recebemos em termos de nacionalizações.

E mais, Sr. Deputado, quanto aos organismos públicos dotados de autonomia financeira e administrativa, muito há (hospitais, o centro de gestão financeira) que não têm a sua sede no sítio onde foi referido.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Eu não falei nisso!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Mas fez de propósito!

O Orador: Mas fez de propósito e insinuou!

Mas, continuando, o Sr. Deputado ainda referiu mais; referiu a questão, que é importante, e que foi tratada em termos correctos - tenho de o dizer - pelo Sr. Deputado do Partido Comunista: a questão fiscal.

Quanto à questão fiscal, também ontem, na minha exposição, referi qual o sentido e o alcance dessa reforma fiscal que nós pretendemos. E disse-o aos dois níveis: ao nível da tributação directa e ao nível da tributação indirecta.

Ao nível da tributação indirecta referi - e aqui também responde à questão levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que não sei onde é que tem estado nestes dias e nestes últimos meses - qual o regime específico para o IVA que está, neste momento, já a adquirir.

E se o Sr. Deputado teve o cuidado de ler - que já está publicada - a Lei do Orçamento, verá qual é esse regime.

Quando o Sr. Deputado pergunta qual é o impacto, já se disse, várias vezes, que esse regime na Região Autónoma dos Açores tem taxa, que o regime na Região Autónoma dos Açores consiste na aplicação de taxas mais baixas, que o regime consiste na assimilação dos transportes inter-ilhas e com o Continente em transportes internacionais.

Isto é a adaptação que a Região pretende, e já a tem conseguida, numa parte do direito fiscal e que é a parte que diz respeito à tributação indirecta.

E quanto à tributação directa? O que é que se pretende?

Disse-o ontem aqui também:

- a revisão das taxas do imposto complementar, que é um grande imposto;

- a diminuição da progressividade na tributação cedular;

- a redução da tributação cedular. Temos que reduzir o número de impostos que são muitos.

E disse mais: disse que havia que rever a tributação sobre a propriedade rústica porque está perfeitamente anacrónica.

Julgo que esses são pontos essenciais para uma revisão do sistema fiscal, assim como o é também - e também ontem o referi - a revisão dos métodos e dos sistemas de funcionamento da nossa administração fiscal que, em termos de Região, também está perfeitamente desadequada.

Estas são as grandes linhas! E o Sr. Deputado terá ocasião, dentro de algum tempo, talvez já na próxima reunião da Assembleia, de se debruçar sobre este sentido e as grandes linhas de orientação da revisão do sistema que nós pretendemos para a Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito obrigado.

Presidente: Não há mais inscrições, de forma que vamos passar ao debate.

Eu pedia aos Presidentes dos Grupos Parlamentares, aos representantes dos outros dois partidos e ao Sr. Presidente do Governo Regional que, se possível, me entregassem na Mesa as inscrições para o debate. Já tenho as inscrições do PSD, uma parte, pelos menos, do Partido Socialista, mas faltam-me as restantes.

Eu vou, para já, dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Faria.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

A proposta do PMP 85/88 apresentada pelo Governo à Assembleia compreende, quanto à sua estrutura, as seguintes partes essenciais:

- Caracterização da economia açoriana;
- Potencialidades e bloqueios;
- Integração nas Comunidades Europeias;
- Recursos financeiros necessários à

sua concretização;

- Grandes objectivos a atingir no período considerado;

- Políticas e programas sectoriais para o período de vigência.

É igualmente dado verificar que a proposta do PMP 85/88, de acordo com os escalões da sua estrutura, fixa os grandes objectivos, com base nas grandes opções de desenvolvimento regional e contém as linhas gerais da actuação do Governo bem como a quantificação dos objectivos dos investimentos previstos, a nível de programas, e a distribuição espacial, de 66,1% do valor total dos investimentos previstos.

Confirma-se também que os parceiros so-

ciais, o poder local e outras entidades foram auscultados no decurso da preparação do Plano, tendo nós tido acesso aos documentos remetidos ao Governo por 16 Câmaras Municipais da Região e pela Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, entre outros, porque posteriormente, outros pareceres foram chegando e já naturalmente, fora dos prazos.

A apresentação tardia dos documentos relativamente aos prazos fixados na lei regional, justifica-se, conforme alega o Governo, com a realização das eleições em Outubro do ano passado e a investidura do Governo que ocorreu só em 16 de Novembro, cuja consequência foi naturalmente a impossibilidade da entrega dos documentos dentro do prazo estabelecido na lei: 20 de Outubro.

A este propósito regista-se a informação dada pelo Governo - e sublinhada também no fundamentado parecer da Comissão de Organização e Legislação - no sentido de que iria propor à Assembleia algumas alterações ao diploma em vigor sobre a orgânica de planeamento, em ordem a ajustar a previsão legal à realidade que é a realização de eleições em datas móveis e a obrigação da apreciação e aprovação de determinados documentos (Plano e Orçamento) em data fixas. Há efectivamente que ajustara lei neste particular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passando agora à abordagem de questões de fundo relativamente ao Plano de Médio Prazo 85/88 há que referir a estratégia de desenvolvimento para o período de quatro anos que o mesmo abrange.

Partindo de um diagnóstico da situação, que constitui um ensaio com base nos elementos estatísticos disponíveis, o PMP prevê os recursos financeiros utilizáveis e em consequência formula um conjunto de opções, tendo em vista a obtenção de metas (aumento do investimento, modernização da economia, absorção da procura, de emprego pelos jovens, redução das dependências externas), num cenário de crescimento moderado.

O desenvolvimento regional é entendido sobretudo com a acessibilidade aos equipamentos colectivos, para o que se torna necessário uma intervenção na economia por parte dos poderes públicos mais intensa do que num espaço social e económico mais desenvolvido e sem tantos estrangulamentos (dimensão, isolamento, dispersão), como é o espaço açoriano.

A construção de infraestruturas sociais e económicas, em qualquer parte, tem sido sempre um encargo do estado, pois são investimentos de capital intensivo de recuperação muito dilatada no tempo. Por essa razão, sublinha-se que a estratégia de desenvolvimento nos Açores, Região extremamente carente das estruturas que a aproxime

de outras regiões e de outros espaços exige nos primeiros anos, uma intervenção alargada dos poderes públicos sem que isso signifique, alguma vez ou em algum caso, a instalação de uma economia de direcção central, ou a ocupação do espaço da iniciativa e da inovação privadas.

A opção é, como o PMP 85/88 procura que seja, o desenvolvimento de uma economia de mercado corrigida pelos princípios da solidariedade, traduzida esta na realização de equipamentos colectivos (escolas, hospitais, portos, estradas, aeroportos, melhoria de habitação), nas prestações sociais, nas medidas e acções de apoio à afirmação da livre iniciativa, da consolidação da confiança no funcionamento da economia.

A outra grande opção que o PMP 85/88 tem subjacente é o aproveitamento integral dos recursos regionais na ordem a um desenvolvimento global e auto-sustentado.

A análise entre o PMP 85/88 e o anterior permite verificar uma maior concentração do esforço financeiro nas áreas das Pescas, da Agricultura, do Turismo e, naturalmente, dos Transportes.

O Plano Anual para 1985, confirma, por confronto com o Plano de 1984, essa concentração de recursos naquele domínio: Pescas + 175,3%; Agricultura + 92,6%; Transportes + 32%. Um outro sector que merece realce é o das Autarquias, porque é o resultado de uma opção de desenvolvimento homogéneo, onde se constata a atenção dedicada bem como o esforço financeiro na cooperação entre a Administração Regional e a Administração Local, no domínio do saneamento básico, para o que o PMP 85/88 prevê 1920 mil contos.

Nota-se igualmente a orientação de apoiar (no quadro da opção de um desenvolvimento global) o sector da Habitação, dotado com mais de 3 milhões de contos.

Para referir ainda outras projecções concretas no âmbito das grandes opções, salienta-se o sub-sector da Energia e a procura de fontes de energia alternativas, como o caso da geotermia, cujo projecto, se tiver sucesso, possibilitará atrair o investimento, reduzir as dependências externas e aumentar a competitividade dos produtos regionais nos mercados exteriores.

Entende-se sublinhar, nesta tentativa de visão política do PMP 85/88 que a função de planeamento numa Região como a nossa não tem a extensão e os instrumentos que um País tem ao seu dispôr, designadamente o controlo da política monetária, cambial e financeira.

Não era, por isso, possível que o PMP 85/88 contivesse metas quantificadas em certos objectivos como, por exemplo, **"crescimento de tantos por cento"**, **"redução da taxa de inflação a tantos por cento"**, ou **"fixação de números de postos de trabalho a criar"**. Nestes e noutros

casos, meramente exemplificativos, ressaltam as justificadas e pretensas omissões porque faltam instrumentos e também porque o planeamento regional não é, como se disse, o de uma economia de direcção central ou centralizada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PMP 85/88, representa um considerável avanço em relação a documentos anteriores. Deles colhe a experiência e é fruto de uma Administração e duma sociedade mais evoluídas. Traduz, a nosso ver, uma mais clara e determinante linha política de modificação da sociedade açoriana.

Nessa constante procura de viabilização e de modificação da nossa sociedade, com vista ao seu desenvolvimento, aqui se recortam algumas soluções e mecanismos que o PMP 85/88 aponta objectivamente:

- otimizar a capacidade de produção regional com uma correcta afectação dos recursos disponíveis, concorrendo-se assim para um maior equilíbrio da balança comercial;

- diversificar a produção de bens alimentares tornando a Região, tanto quanto possível, cada vez mais independente da importação dos mesmos e, paralelamente, aumentar a produtividade daqueles de que pode ser excedentária, diminuindo-lhes os custos e assim viabilizando a sua colocação nos mercados cada vez mais necessitados de outros produtos;

- prosseguir uma política de infraestruturas de apoio à produção, englobando nela os transportes, que permita o encaixe da Região num mercado mais alargado e funcionando sobretudo ao serviço de zonas escolhidas, por ilha ou grupo de ilhas, onde os investimentos necessários são mais reprodutivos;

- definir, ainda com mais objectividade, uma política de estruturas que ponha ao serviço do aparelho produtivo os factores, incluindo a terra, indispensáveis à sua correcta viabilização económica;

- encontrar para cada ilha a vocação produtiva possível, procurando-se, através da complementariedade, viabilizar a economia do todo regional;

- colocar ao serviço do sector produtivo uma política fiscal e financeira que diminua os encargos relacionados sobretudo com as infraestruturas necessárias ao seu continuado desenvolvimento;

- desenvolver uma política educacional e de formação profissional, que tenha também como perspectiva a necessidade de inserir os Açores num mundo onde a evolução das tecnologias se torna cada vez mais exigente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, isto que se diz e que os documentos que analisamos preconizam, só será verdadeira e eficazmente possível se valorizarmos em todos os aspectos

- sociais, morais e culturais - as gentes dos Açores, de que somos também parte integrante, e se se continuarem a proporcionar, a todos os níveis, condições de fixação em cada uma das nossas ilhas, com vista a garantir um mínimo de dimensão demográfica sem o que não é possível o desenvolvimento das pessoas e das suas comunidades.

O PMP 85/88, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um documento que emana do Programa do Governo, aprovado por esta Assembleia.

Volvidos 8 anos de autonomia e social democracia nos Açores, tem sido, por mais que barafustem os partidos da oposição, uma realidade visível e tem constituído uma acentuada melhoria nas condições de vida do Povo das nossas ilhas.

Com muitas virtualidades, não se julga, porém, que ele seja perfeito, até porque a perfeição é uma constante procura - nem que seja também um documento sagrado ou intocável-. De facto, como acentua a Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos, existem para a sua revisão e ou actualização os mesmos mecanismos legais e democráticos que levaram à sua elaboração e levarão à sua aprovação.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Durante as reuniões da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais que conduziram à elaboração do Relatório e Parecer sobre a Proposta do Plano de Médio Prazo para 1985/1988, Proposta de Plano e Proposta de Orçamento para 1985 tive oportunidade de ter contactos com os Senhores Secretários Regionais da Educação e Cultura, dos Assuntos Sociais e do Trabalho em que coloquei muitas dúvidas e questões que, no meu entender, não estavam claras naqueles documentos ou de acordo com os princípios e perspectivas que me pareciam mais correctas.

Porque a algumas não obtive resposta satisfatória, gostaria de as mencionar e poder assim esclarecer-me e confirmar de facto o meu juízo de valor sobre os documentos que serão a trave mestra da política social do Governo para a Região Autónoma dos Açores.

Começaria por salientar a minha estupefação pelo facto de o PMP nos Objectivos Sectoriais (pag. 46) apontar como objectivos "favorecer a progressiva e coordenada expansão da educação pré-escolar" e em seguida nas Acções a Desenvolver bem como na Descrição Sumária dos Programas (pag. 100) não ter uma única palavra sobre a Educação Pré-Escolar. Será que este sector de ensino não tem direito a, pelo menos, um programa

próprio no PMP? O que pensa o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura deste sector? E ou não a Educação Pré-Escolar o primeiro passo a ser dado pela sociedade no desenvolvimento harmónico da criança? Têm ou não direito, as crianças dos meios rurais, a, desde a sua infância, acesso à mesma educação que as dos meios urbanos? Tem a SREC algum plano a médio e longo prazo para o cumprimento daquele objectivo - progressiva e coordenada expansão - para a maioria das localidades rurais dos Açores? Todos nós sabemos que há um grande insucesso escolar no ensino primário e sobretudo na 1ª Fase (antigas 1ª e 2ª classes). É frequente ouvir-se os Professores do Ensino Primário pedirem que "enquanto se não cria, de facto, a Educação Pré-Escolar, ao menos se alargue a 1ª Fase para três anos! Porque surge esta problemática? Pelo facto, entre outros, de a criança que entra com 6 anos para o 1º ano de escolaridade necessitar de um longo período de propedêutica que é efectuado nos CEPES - Centro de Educação Pré-Escolar. A criança que entra sem ter tido a sorte de frequentar um Jardim de Infância ou um Centro de Educação Pré-Escolar tem imensas dificuldades que vão desde à lateralização, identificação das cores à não coordenação de raciocínios e deficiente articulação das mãos e dos dedos. É frequente estas crianças dizerem ao Professor na sua linguagem simples que "as mãos não sabem escrever". Todavia aquelas escolas primárias que têm a sorte de já possuir uma estrutura educativa inicial, deparam-se com um melhor rendimento escolar e adaptação dos alunos às novas exigências. Porque não tem a SREC, nos últimos anos, avançado com uma proposta insistentemente feita pelos docentes. "Ao construir-se uma Escola Primária façam-se, em simultâneo, instalações para a Educação Pré-Escolar". Sai mais barato, fica em definitivo e permite um melhor relacionamento entre professores e alunos e um aproveitamento racional do pessoal auxiliar.

Seria bom compararmos as directrizes da SREC com as da SRAS neste domínio. Enquanto na Educação e Cultura se "opta pela escolaridade obrigatória e seu alargamento e só depois a Educação Pré-Escolar" nos Assuntos Sociais é "um processo a contionar a fim de apoiar as populações" e que conta no PMP com uma verba de 168.500 contos para "melhoria de instalações existentes e construção de equipamentos colectivos nas áreas de infância e juventude" (pag. 104).

Finalmente encerraria este sector declarando que já vão sendo horas de se transferir do âmbito da SRAS para a Educação e Cultura os jardins de infância dado que lidam com crianças dos 3 aos 5 anos, que o estatuto dos docentes é o de educador de infância formados pela SREC e que se poderia dar por findo o abominável

estatuto das IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Em nosso entender é necessário e imperioso dar satisfação àquele objectivo com a apresentação de um Programa específico, por três razões: combate ao insucesso escolar, criação de postos de trabalho para os educadores a formar na Escola de Educadores de Infância, em Angra do Heroísmo, uma necessidade cultural das populações. Que se não cometa o erro de se avançar para o alargamento da escolaridade obrigatória sem que seja implementada a Educação Pré-Escolar. Que se não comece pelo tecto, esquecendo os alicerces.

Os Programas P1 e P2 tratam de instalações para os Ensinos Primário, Preparatório e Secundário. Reconhecendo que o Governo Regional tem investido no domínio das construções escolares, não se encontrando a Região no caos que se vive no Continente, não podemos todavia em abono de verdade, deixar passar esta ocasião sem fazermos alguns reparos: A tipologia das construções escolares foi importada do Ministério da Educação sem que se lhe tenha feito qualquer adaptação a fim de as tornar menos aberrantes, contrastantes e porque não dizer, em alguns casos, ofensivas: telhados de fibrocimento tipo grande armazém ou superfábrica, sem qualquer resguardo dos ventos fortes que sopram nestas ilhas, grandes colunas de cimento e janelões, sem as nossas barras e cintas, até existindo casos de pavilhões com vidro plástico verde; faltam salas para reuniões de grupo, disciplina, conselho escolar, pavilhões separados em que de um extremo à sala de professores se pode levar 3 minutos, não permitindo o convívio, não existindo sala para alunos, telheiro de passagem, etc.. Que ao menos se seguisse o bom hábito de adaptar o padrão ao nosso estilo regional tradicional de construções que é o caso do Plano dos Centenários no Ensino Primário da década de 50.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): E o fascismo!

O Orador: Olhe para as escolas e veja.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): O que é o fascismo!

O Orador: Mas foram bem adaptadas! Veja o caso das Preparatórias, Sr. Presidente...

Ao falarmos de construções estamos implicitamente a mencionar verbas. E aqui também se nos levantam sérias dúvidas sobre os critérios na elaboração do Plano. Aos critérios na discriminação das rubricas e respectivas verbas não parecem objectivos, claros, precisos; não diríamos eleitoralistas, porque não queremos aceitar tal ideia. Vejamos alguns casos na própria Secretaria da Educação sem queremos fazer comparações entre esta e outras Secretarias porque aí as situações ainda nos parecem mais complicadas.

No Plano para 1985 (Anexo) o projecto 19.3

que trata da "Formação de Quadros na Área do Desporto" é bastante preciso nas Acções a Desenvolver: Informação técnico-pedagógica em todas as ilhas nas áreas de animação e iniciação desportiva em 10 modalidades, realização de cursos para treinadores em 7 modalidades, realização de cursos para árbitros nas mesmas modalidades, informação técnico-pedagógica para professores de educação física sem habilitação própria, actualização para professores de educação física com habilitação própria, estágios de aperfeiçoamento técnico-pedagógico para praticantes de 5 modalidades. Até aqui tudo bem. Mas, e os restantes milhares de professores? Não temos previsto um único projecto/programa que lhes diga respeito. Como contribuir para o aperfeiçoamento científico e pedagógico das centenas de professores sem habilitação própria? E a formação contínua dos outros? E as acções a desencadear no âmbito da profissionalização em exercício e o estágio integrado? E o complemento de habilitações de docentes há largos anos ligados ao ensino sobretudo nas ilhas de menores recursos? Por que aparecem as acções ligadas ao desporto e as outras não? De onde sai o dinheiro? Com que critérios? Seria bom que o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura seguisse as pegadas do seu Colega de Executivo da Administração Pública que criteriosamente apresentou ao Parlamento o programa de Formação para 1985 sem que tenha alegado dificuldades de programação mesmo tendo em atenção que oito das vinte e uma das acções previstas sejam levadas a cabo por Monitores vindos do Continente a designar pela DGEFAP.

Mas, ainda mais estupefactos ficamos quando vemos no PMP Acções a desenvolver no âmbito da Formação Profissional que abrangem desde a formação profissional no turismo, construção civil, metalomecânica, agro-pecuária, profissionais da saúde, como o apoio expresso à organização das Mesas Redondas Médicas, até à pesca e Comunicação Social. Para Professores, NADA. Será que estes são os únicos profissionais que não têm direito a saber as acções a que terão acesso e logicamente poderem reivindicar o direito à participação? Ou será que o Senhor Secretário pretende ir apagando o fogo à medida que lhe forem surgindo os focos de incêndio?

Gostaríamos de ver os mesmos critérios em todas as rubricas sem que se misturem despesas de plano com despesas correntes.

O Senhor Secretário da Educação e Cultura há dias atrás apresentou um programa detalhado das Edições a concretizar neste ano pela SREC. Contudo nem uma palavra sobre elas no Plano. Porquê? Será que até em certos casos elas não dão lucro? Há alguns volumes que não existem no mercado, sinal de que se venderam? Basta a qualquer pessoa minimamente ligada ao meio

fazer umas continhas para verificar que, no mínimo, a SREC não perde ao fazer as publicações.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Um dos aspectos que considero mais graves na educação e ensino nos Açores é o analfabetismo. Mas, porque às vezes as percentagens não nos dão a dimensão exacta dos valores, socorri-me do Volume dos Censos-81 da Região Autónoma dos Açores e encontrei os seguintes dados estatísticos:

População Residente em 1981 com 15 e mais anos - 171.152 (70,31% pag. 226 e 227);

População residente com 15 e mais anos que não sabe ler nem escrever - 38.639 (22,57%);

População Residente com 15 e mais anos que sabendo ler e escrever, não tem grau de ensino, isto é, não possui o 4º ano de escolaridade (antiga 4ª classe) - 33.808 (19,75%);

Total da população residente com 15 e mais anos que não tem diploma de escolaridade obrigatória (antiga 4ª classe) - 72.447 (42,32% pag. 282 a 299).

De acordo com os dados fornecidos pela Direcção Escolar de Ponta Delgada e respeitantes apenas à Ilha de S. Miguel o número de habitantes que foram admitidos a avaliação para a obtenção de prova de cumprimento da escolaridade obrigatória de quatro anos foram os seguintes: em 1981/82 - admitidos 178, tendo sido aprovados 119; em 1982/83 - admitidos 169, aprovados 117, e em 1983/84 - admitidos 206, tendo sido aprovados 138, pelo que no total e nos últimos três anos lectivos apenas 374 micalenses passaram a ter o diploma do Ensino Primário dos 38.065 que existiam em 1981 sem "diploma".

Em face destes dados e para cumprimento do Objectivo Sectorial expresso a pág. 46 do PMP que passo a citar "atenuar os índices de analfabetismo, tendo em vista o direito à educação, constitucionalmente expresso" e citando o Programa do Governo aqui aprovado nesta casa que dizia "irradicar o analfabetismo"; o que irá fazer a SREC? Desde já informo, que me refiro ao combate ao Analfabetismo Legal, sem me esquecer dos objectivos da Educação Permanente com os seus cursos de Corte e Costura, Rendas, Malhas, Trabalhos em Escamas, etc., etc. O que pretendemos saber concretamente é no que se refere àquele aspecto da Educação de Adultos e isto porque, entre muitas outras razões, vem aí a duvidosa entrada na CEE.

Um dos meios de combate ao Analfabetismo é respeitar desde já o cumprimento da escolaridade obrigatória com **Sucesso**. E, se me permitem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, sublinharia ao máximo a palavra **Sucesso**.

Como todos nós sabemos os indícios de

fome de que falavam algumas entidades há um ano, já deixaram de ser meros indícios para serem de facto **Fome**. Desde a Igreja ao Governo Regional passando pelos líderes políticos regionais e Cruz Vermelha, todos declaram que largos sectores da população açoriana estão a viver com gravíssimas carências alimentares de fruta, carne, etc. É legítimo perguntar-se: qual o rendimento escolar que dá um aluno com fome? Mesmo cumprindo a escolaridade obrigatória, se o aluno não tem sucesso, termina aos 14 anos sem um diploma do 6º ano de escolaridade que lhe dê acesso ao ingresso, por exemplo, na Função Pública. Mas ele frequentou! Não teve Sucesso! Em nosso entender há que rever com alguma rapidez a legislação referente à Acção Social Escolar a fim de que os pais das crianças residentes nos meios rurais, afastados da sede do concelho, não tenham de gastar mais na burocracia do autenticar na Junta de Freguesia, Casa do Povo, Repartição de Finanças, do que o subsídio a receber. Que se tenha em atenção a carestia dos livros, o vestuário, o calçado, resguardos para a chuva e alimentação, etc. A SREC deveria tentar, em colaboração e com a intervenção directa dos professores, encontrar um esquema que possibilite a utilização por mais de um ano de um mesmo livro. É angustiante para muitos chefes de família o chegar-se ao mês de Outubro. Que se procurem soluções juntando as diversas entidades e organizações intervenientes no processo, a fim de se encontrar a melhor solução para o sistema educativo, sem pôr em causa, a situação económica dos agregados familiares.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Outras observações tenho a fazer ao PMP mas reservo-as para outra intervenção.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Planear deverá ser viver e fazer viver a inteligência e o desejo do futuro. Planear deverá ser, simultaneamente, inventar e construir um futuro possível e melhor.

Só que, na actual conjuntura, trata-se de planear num horizonte temporal de prolongada crise do sistema económico internacional e nacional, que põe em causa objectivos e condições tradicionais de crescimento dos sectores produtivos.

De facto, a elevada instabilidade da economia mundial, caracterizada por crescimentos reais do produto extremamente baixos ou mesmo negativos, por crescentes proteccionismos comerciais, por disparidades nas cotações das moedas

e fortes acréscimos nos preços das matérias primas, implica que pequenas economias como a nossa, com um elevado grau de abertura ao exterior em produtos essenciais ou de primeira necessidade e exportações de produtos cuja formação de preços só em parte controla sejam forçadas a um abrandamento no seu crescimento e a um grande realismo na preparação e execução de programas e projectos de desenvolvimento.

Nesta linha de rumo, pretendeu-se que as propostas de planeamento nos sectores do comércio, indústria e energia agora presentes a esta Câmara, fossem o mais adequado possível à realidade da nossa economia. A sua apresentação tem ainda por fim a definição dos objectivos e programas, susceptíveis de servir de quadro de referência à acção dos órgãos de Governo e dos outros agentes económicos, reduzindo a incerteza no futuro, graças a um conjunto de propostas e soluções derivadas do exame dos problemas que se colocam ao desenvolvimento regional, nas áreas tuteladas pela Secretaria Regional de que sou titular.

O esforço de aproximação contínua entre o real e o que se poderá assumir como desejável, tendo em vista o crescimento e desenvolvimento integrado dos sectores da indústria, da energia e do comércio, só se atinge se forem definidos com clareza os objectivos que se pretendem e se tivermos em conta quer as relações complementares entre os diversos sectores produtivos, quer o comportamento e relacionamento com os agentes económicos. Desenvolver o processo de planeamento de uma forma integrada é, antes de mais, impôr a lógica dos mecanismos do planeamento, ao serviço do desenvolvimento; é procurar formas renovadas de intervenção participada, é rentabilizar e potenciar os efeitos decorrentes da afectação dos recursos financeiros que foram orçamentados.

Cabe assim neste processo, importante papel à iniciativa privada, já que, ao Governo cabe desempenhar um papel dinamizador e incentivador que permita criar as condições para o bom sucesso dos projectos de investimento apresentados pelos empresários privados que criem riqueza e emprego, em suma, que promovam o desenvolvimento regional.

As acções e programas nas áreas do comércio, indústria e energia têm assim como fim último, estimular e encaminhar as decisões dos diversos agentes económicos na procura de soluções que conduzam à concretização dos seus objectivos empresariais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A indústria regional conheceu após 1977 uma situação de relativa expansão que urge manter, tentando ao mesmo tempo inverter a retracção que ultimamente se vem verificando no investimento industrial e que a prolongar-se, poderá conduzir

a situações de crise nos próximos anos.

No entanto o crescimento da indústria regional está condicionado externamente pela situação de crise mundial e internamente pela sua fraca diversificação, desfavorável estrutura dimensional, elevados custos de transporte, reduzida dimensão do mercado para que a maior parte das indústrias produzem, maiores custos de instalação e processamento fabris e ainda o relativo esgotamento a nível das possibilidades de investimento nos sectores economicamente rentáveis ou nos quais a Região tem vantagens comparativas, devido ao preenchimento e utilização da quase totalidade da matéria prima disponível pelas indústrias tradicionais.

Deste modo, fácil é apercebermo-nos que a situação não é fácil nem para quem investe, nem para quem pretende apoiar.

Uma das linhas de desenvolvimento propostas para este sector, a fim de dar resposta aos objectivos globais do plano e consolidar a estrutura do sector, é criar condições que favoreçam o investimento industrial e dinamizem a iniciativa privada.

Assim, os incentivos financeiros ao investimento podem, se forem bem delimitados e definidos, constituir um dos mais valiosos instrumentos de política económica. Além de induzirem mais investimento, têm a importante função de orientar e influenciar as decisões dos potenciais investidores, encaminhando os investimentos para aplicações em áreas ou sectores de reconhecida viabilidade económica e mais consentâneos com uma visão global da economia regional.

Está no entanto o governo consciente que urge melhorar as condições de acesso ao investimento produtivo, reformulando, modificando e elaborando nova legislação de modo a obter uma maior celeridade na tramitação dos processo bem como maior simplicidade na sua apresentação e elaboração.

O progresso económico da Região nos próximos anos vai depender em grande parte do desenvolvimento alcançado no sector industrial, já que é por todos reconhecida a importância que a indústria detém nos diversos agregados da economia regional e o seu papel fundamental como geradora de riqueza e dinamizadora de emprego.

Para que o sector industrial possa cumprir cabalmente o seu papel no processo de desenvolvimento regional, fixam-se os seguintes objectivos:

- Maior valorização dos recursos naturais, (aumentando o grau de transformação dos produtos regionais);
- Reduzir as importações (substituindo por bens equiparáveis facilmente produzidos na Região);
- Aumentar as exportações (melhorando

a qualidade e incentivando a criação de tradings).

Quanto à estratégia preconizada neste plano ela assenta nas seguintes linhas de acção:

- Rentabilização das unidades existentes, aproveitando ao máximo a capacidade produtiva já instalada, reconvertendo e modernizando unidades;

- Optimização dos recursos Naturais, estudando novas aplicações;

- Abertura ao Investimento Estrangeiro;

- Diversificação de Produções;

- Apoio a projectos que fomentem a exportação;

- Apoio a projectos que fomentem a substituição de importações.

- Apoio a programas de investigação aplicada;

- Apoio directo à pequena empresa (através de bolsas de subcontratação e acesso aos concursos levados a efeito pelo Governo).

A este propósito posso informar os Senhores Deputados que está em estudo a inclusão nos cadernos de encargo de esquemas que permitam pontuar favoravelmente o acesso de empresas regionais ou que incluam produtos regionais e/ou subcontratação regional.

Quanto aos meios a utilizar para a execução dos objectivos deste sector eles compreendem um conjunto de 4 programas que cobrem uma diversificada gama de apoios e incentivos que abrange as áreas técnica, económica e financeira, a execução de infraestruturas, a regularização do abastecimento de bens e serviços essenciais ao bem estar das populações e ainda a formação de gestores e quadros na indústria.

No âmbito dos Incentivos Financeiros ao Investimento Industrial (SIF), incluído no Programa 40 - Promoção do Investimento, foi já aprovado em Conselho do Governo, nos termos do Decreto Regional 22/82/A, uma alteração do factor de conversão de pontuação em percentagem de compensação de juros que, desde o seu início se mantinha em 1. O referido factor foi fixado em 1,3 fixando-se o máximo de bonificação em 14% e o mínimo em 6,5%, mantendo-se no entanto o mínimo de acesso nos anteriores 5 pontos.

Está em estudo, em colaboração com as instituições de crédito e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, alterações neste esquema de apoio de modo a simplificá-lo mais e a obter uma maior celeridade na tramitação do processo.

Quanto ao projecto de saneamento económico-financeiro de empresas, encontra-se enquadrado no programa de apoio a unidades existentes que se destina a prolongar um programa que transita do anterior Plano a Médio Prazo e destina-se a contemplar compromissos já assumidos pelo Governo ou em que, no âmbito do Decreto Regional nº 27/82/A, os respectivos projectos se encontrem

ainda em apreciação.

Deste modo, o governo continuará a implementar uma política de incentivos financeiros tendo em vista a promoção do investimento em sectores chave, assim como prosseguirá o apoio à criação de unidades industriais nas ilhas mais carecidas estando em análise o alargamento do leque de indústrias a apoiar dado a boa aceitação e sucesso que esta iniciativa contou. No âmbito da política de apoio a unidades existentes criou-se um conjunto de instrumentos abrangendo desde o saneamento económico-financeiro até ao apoio à modernização fabril e à promoção e melhoria de qualidade dos produtos regionais. E ainda conferida uma ênfase muito especial ao programa do artesanato, tendo em vista as potencialidades que esta actividade apresenta como fonte de trabalho e de criação de riqueza complementar da actividade familiar.

Não posso deixar de referir aqui que, no que respeita à Zona Franca de Santa Maria, já foi presente ao Conselho do Governo o relatório de um Grupo de Trabalho por mim nomeado e que apresentou alternativas à actual localização da referida Zona, sobretudo uma delas com fortes vantagens e que já recebeu do Governo aprovação no sentido de se negociar a sua permuta com a que anteriormente fora escolhida.

Em conjunto com esta medida que redundará, estou certo, numa muito importante economia nos custos de instalação da Zona Franca de Santa Maria e a uma maior rapidez na sua concretização prática, foram também aprovados os projectos de diplomas concedendo os incentivos financeiros e fiscais indispensáveis à sua promoção e ultimando-se ainda um documento caracterizador do projecto para que possa ser submetido a um estudo de viabilidade/utilidade a realizar por entidades estrangeiras especialistas na matéria. Só após este estudo se poderá avançar com segurança para a promoção da Zona Franca de Santa Maria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Relativamente ao sector energético ele está na base do desenvolvimento da economia regional e se a energia é, para a sociedade, como o sangue é para o corpo humano, numa região com o estádio de desenvolvimento como a nossa, o desenvolvimento económico e a melhoria do nível de vida das populações obrigam a um constante aumento do consumo de energia que se deverá manter a níveis elevados nos próximos anos.

A experiência demonstra que o crescimento económico está estreitamente ligado ao crescimento do consumo de energia, tratando-se de um bem fundamental que faz parte das infraestruturas básicas, ao qual é necessário dedicar especial atenção para que, por um lado, possa acudir a tempo às necessidades e, por outro lado, o

faça em condições económicas razoáveis e com o máximo de participação de meios locais.

As opções a tomar neste sector são assim indissociáveis da estratégia global de investimento, pelo que o Governo em matéria de política energética manterá e prosseguirá os seguintes objectivos:

- Reduzir a dependência relativamente aos derivados de petróleo, promovendo a diversificação das fontes energéticas;
- Diminuir as taxas de perda de energia;
- Utilizar maximamente os recursos energéticos regionais (tradicionalis ou renováveis) sempre que economicamente aproveitáveis;
- Manter a política possível de preços, adequados à situação económica da Região;
- Racionalizar o consumo de energia;
- Prosseguir o alargamento da cobertura eléctrica da Região.

Para a prossecução dos objectivos acima referidos vão ser utilizados como meios um conjunto de 6 programas que, entre outras medidas, visam a manutenção do equilíbrio económico e financeiro da EDA/EP com a qual se prevê celebrar um novo contrato-programa, o apoio à remodelação e ampliação das redes das ilhas das Flores e Corvo, o prosseguimento do apoio às explorações agro-pecuárias e entidades de carácter sócio-cultural, acções de sensibilização das populações e instituições, sobre os benefícios da racionalização do consumo energético e o apoio à instalação de sistemas de conservação de energia solar e biomassa. Estas medidas que representam um forte investimento a médio prazo, implicam um apoio continuado do Governo Regional ao investimento e investigação no sector.

Quanto à Geotermia irá prosseguir o programa anteriormente definido dando continuidade às acções de prospecção e avaliação dos recursos geotérmicos, tendo em vista a produção de energia eléctrica a partir de fluidos geotérmicos. Dada a natureza e especificidade do projecto, este merecerá especial cuidado, com estreito controlo dos resultados obtidos de modo a salvaguardar o interesse regional.

Atendendo a estes condicionalismos e às limitações que derivam da capacidade financeira da Região, o Governo Regional decidiu associar à execução das novas fases, entidades estrangeiras detentoras de tecnologia e que, além de partilharem com a Região os riscos inerentes às fases de pesquisa e avaliação do Projecto Geotérmico, possuem capacidade financeira para apresentar planos de financiamento para os investimentos a realizar.

Ultimam-se neste momento a redacção do contrato técnico a estabelecer com a General Electric e a Stoner & Weveston complementar do contrato

do consórcio, já anunciado, em que serão previstos, além do financiamento pelos elementos estranhos à Região do respectivo programa geotérmico de S. Miguel, todos os detalhes de funcionamento e fiscalização e ainda um estudo de viabilidade após a realização de cada furo, permitindo a definição segura da etapa seguinte.

Tudo indica que obtido sucesso, após o primeiro ou segundo furo do programa de S. Miguel se poderão conseguir esquemas semelhantes com as mesmas, ou com outras entidades, relativamente ao programa geotérmico da Terceira.

Senhor Presidente, Srs. Deputados:

O comércio joga um papel fulcral no equilíbrio das diversas actividades económicas para além do impacto directo que o seu comportamento e desenvolvimento tem na vida das sociedades.

De facto, a actividade comercial não pode ser dissociada do processo produtivo nem da sua evolução, daí que seja directamente influenciada pela desfavorável conjuntura económica sentida por outros sectores, quer a nível internacional quer a nível nacional.

Deste facto, resulta que as alterações verificadas no exterior da Região, na cotação dos bens e produtos nela consumidos se repercute negativamente no nível do custo de vida (a chamada inflação importada).

A estrutura do mercado açoriano e a situação económico-financeira de alguns estabelecimentos, impõe que sejam a curto prazo tomadas algumas medidas revendo nomeadamente a legislação que fixa o sistema geral de preços, caminhando no sentido da progressiva liberalização dos mesmos, de modo a proporcionar ao comércio os meios necessários para manter os stocks derivados da condição insular, com vista a um melhor e normal abastecimento do mercado e a evitar a debilidade financeira do sector.

Esta progressiva tendência para a liberalização insere-se ainda na filosofia e pressupostos da legislação da Comunidade Económica Europeia da qual resultará ainda a implementação de um quadro institucional regulador da concorrência, que assegure uma concorrência eficaz e leal, permitindo aos consumidores uma escolha livre de pressões e que constitua para o empresário a incitação ao progresso e à melhoria das técnicas comerciais já que, sem concorrência, se arrisca a negligenciar o esforço de desenvolvimento e promoção dos seus produtos.

Pretende-se ainda modificar o sentido da actividade fiscalizadora por forma a torná-la um elemento disciplinador, colocando ênfase nas acções preventivas em detrimento de actuações exclusivamente repressivas.

Assim no quadro das medidas de política para o sector comercial apontam-se como principais objectivos:

- Apoiar a fusão e união de pequenos comerciantes bem como o seu progresso técnico profissional e a modernização dos estabelecimentos;

- Aumentar a transparência dos mercados assegurando condições para que a concorrência se exerça em termos de lealdade, e solidariedade entre os agentes de comercialização;

- Assegurar a estabilização dos mercados, em termos do abastecimento e dos preços, dinamizando a criação de infraestruturas, em estreita ligação com a área de produção agrícola, cujas estruturas e funcionamento terão no entanto de ser revistas e adaptadas;

- Incrementar as exportações através do estudo e institucionalização de uma marca regional, selo de garantia, melhoria de qualidade e embalagem dos produtos.

A prossecução destes objectivos far-se-á através dos 3 programas fixados para este sector.

A estrutura concentrada no estádio grossita nos principais centros urbanos, e pulverizada no retalhista nas comunidades rurais, faz com que a atenção do Governo se mantenha neste aspecto particular, incentivando a modernização, reestruturação e redimensionamento do pequeno comércio rural, como forma de obstar ao seu desaparecimento, através de benefícios financeiros ao investimento nesta área.

Medidas semelhantes são visadas para as ilhas de reduzida densidade populacional, concedendo o governo neste caso incentivos que visem a criação de estruturas de armazenagem, garantindo assim um melhor e regular abastecimento de produtos quer às actividades económicas locais quer ao público consumidor. Este esquema é ainda complementado com a manutenção do apoio aos stocks de segurança.

Interessa aqui salientar que, no tocante aos Postos de Intervenção de Mercado se está a proceder a uma avaliação da situação de todos eles no sentido de definir aqueles em que se impõe a continuação da sua actividade, dada a existência de iniciativa privada que os possa, com vantagem substituir.

Por outro lado é intenção desta Secretaria, em íntima colaboração com a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, e face às condições edafo-climáticas e às aptidões culturais de cada ilha, estudar um esquema de contratos com os agricultores para a produção de certos produtos agrícolas, com vista a tentar regularizar, quando tal fôr possível, o abastecimento local com produtos da própria ilha.

Quanto ao comércio externo, o esforço continuará centrado na melhoria dos circuitos, através de uma maior ligação entre os exportadores e as entidades que prestam serviços de transporte,

assim como no reforço da posição que os produtos açorianos possuem nos mercados externos tradicionais ou na pesquisa de novos mercados, tendo em vista uma maior taxa de cobertura das exportações face às importações.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Numa perspectiva de muito próxima adesão à Comunidade Económica Europeia, considera-se chegado o momento oportuno de criar as condições favoráveis para atacar algumas das deficiências estruturais da nossa economia, capaz de desencadear no nosso sistema produtivo uma profunda modernização estrutural e tecnológica.

Há assim que preparar e executar as alterações das estruturas económicas e sociais que habilitem a Região a obter o adequado aproveitamento das potencialidades de progresso que advirão da adesão à CEE.

Sem dúvida que, as condicionantes estruturais internas da economia regional, a crise internacional e nacional, impõem limitações difíceis a uma política de expansão, que seria desejável, mas não impedem que se defina uma política económica coerente que, compatibilizando todas as variáveis, não renuncie aos objectivos de desenvolvimento e transformação e nos permita a construção de uma sociedade de progresso económico e socialmente mais justa.

Trata-se de vencer, em todos os planos, rotinas, descrenças e obstruções persistentes de variado tipo, de modo a que, a recuperação e desenvolvimento da nossa economia e a mudança, pela reforma das nossas estruturas sociais e económicas constituam as principais condições da nossa afirmação como Região Autónoma que somos, situação essa que conquistámos e de que, justamente, muito nos orgulhamos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito obrigado pela vossa atenção.

Disse.

(Aplausos dos PSD e do Governo).

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pede a palavra para?...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, é para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, srs. Membros do Governo:

O decurso deste debate dá-me a ideia de que estamos mais perante um velório do que propriamente um debate parlamentar e, portanto, vamos ver se conseguimos animar um pouco esta discussão.

Nessa medida, eu perguntava ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria o seguinte:

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores emitiu um parecer bastante crítico em

relação à proposta do Plano.

Eu perguntava ao Sr. Secretário Regional em particular, e ao Governo Regional em geral, se teve em conta o parecer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores. Sim ou não? Se sim, em que medida? Se não, porquê?

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Só faltava que o PS fosse o porta-voz da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores! (Risos do PSD e do Governo)

O Orador: A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores não precisa de porta voz! Tem os seus órgãos próprios e penso que o Sr. Presidente não faz parte deles!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, se quiser responder.

Desculpe, talvez seja preferível fazerem-se primeiro todos os pedidos de esclarecimento e, depois, o Sr. Secretário responderá.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Mesquita para um pedido de esclarecimento.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pedido de esclarecimento que me compete aqui fazer é, essencialmente, sobre a situação do SIF, ou seja, do Sistema de Incentivos ao Financiamento.

Falou o Sr. Secretário Regional do aumento de 0,3%, ou seja, a passagem do factor 1 para o factor 1.3. Mas, pôs também como limite, a pontuação 14 como tecto máximo da bonificação a conceder.

Atendendo a que há uma percentagem de 0,3% no factor, julgaria que uma posição correcta, atendendo ao factor aumentado, seria minimamente 15,6. Portanto isto aplicando matematicamente.

Quanto ainda ao limite superior, julgo que, para uma melhor aplicação do sistema, será necessário actualizar o limite superior na realização dos investimentos, ou seja, o limite de investimento em capital fixo corpóreo.

Ainda sobre um outro aspecto - e este sobre a constituição dos stocks de segurança - também gostaria de ouvir a opinião do Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria sobre o facto do Governo Regional no seu programa, apenas prever a participação do Governo na parte referente aos juros provenientes dos empréstimos bancários constituídos para a constituição desses stocks mínimos, ou seja, quanto aos capitais intervenientes, não há nada que os foque nem que os garanta, a não ser o livre arbítrio do empréstimo ao financiamento bancário e, portanto, a possibilidade da constituição destes stocks de segurança dependerá, não da iniciativa do Governo, mas, sim, da iniciativa de financiamento bancário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário

Regional do Comércio e Indústria, se quiser responder.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Procurei indicar, quando fiz a minha exposição, que estava em revisão, exactamente com as instituições de crédito e com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, toda esta problemática do sistema de incentivos financeiros, no sentido de a adequar e de facilitar a sua tramitação processual.

Este passo do aumento do factor foi um primeiro passo imediato que se impunha rapidamente por os valores estarem desactualizados, e isto representa, em média, para os apoios a incentivos financeiros realizados até agora, uma subida de 2,55.

Toda e qualquer alteração posterior terá que ser, efectivamente, feita depois de um estudo cuidado e ouvida a opinião das instituições de crédito bem como da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

Parece-me que isto, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, também responde á sua pergunta - e não o considerando aqui como um representante dessa instituição - os nossos contactos com esta instituição são frequentes e têm sido cuidadosos na apreciação das posições postas.

No que respeita aos stocks mínimos, entendo que os encargos financeiros para a constituição dos stocks mínimos é perfeitamente razoável e é a situação que o Governo deve encarar, porque isso competiria, na realidade, aos empresários, pois as instituições bancárias estão devidamente remuneradas pelo seu investimento, não fazem aqui qualquer participação, e é um percurso que se prolonga do período de Outubro a Abril em que a dificuldade de transportes se faz mais sentir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Dias.

Deputado Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Decorridos que são cinco meses da constituição da III Legislatura, está este Parlamento a debruçar-se sobre o Plano a Médio Prazo 85/88, ficando, assim, as populações que nos elegeram mais ansiosas e, de certo modo, na expectativa daquilo que, será feito neste novo período.

Assim, para uns o nascer de esperanças justas, de aspirações em vias de concretização.

Para outros, talvez mais realistas, a evolução de uma continuidade que nem sempre correspondeu ao prometido, e os orientou no sentido da desconfiança por tudo o que, de muito necessário, não viram iniciado, e muito menos concluído.

Neste capítulo alguns dirão que muito

do prometido se fez.

Mas para outros, a maioria, nem o mínimo desejável se conseguiu.

Queria aqui lembrar, por exemplo, uma parte da população que tem deveres iguais mas não tem beneficiado dos mesmos direitos, só porque, vivendo numa ilha mais afastada, não tem sido integrada no princípio que rege o Estatuto de Autonomia - a igualdade e a solidariedade.

Estes, como não têm visto os seus problemas resolvidos têm todo o direito de, uma vez mais, desconfiar e interrogar se será agora a altura que os nossos governantes vão olhar para eles como açorianos.

Lembrando um caso concreto da Ilha das Flores; ficaram os seus habitantes um pouco mais serenos quando viram (instalados) os postos reguladores de preços (da Secretaria Regional do Comércio e Indústria).

Não tardou que os mesmos que nisso acreditaram tivessem razões de sobejo para desacreditar numa medida que, a continuar como está, não oferece o mínimo de garantia.

Nas Flores, como referi, existem abertos diariamente dois daqueles postos cujo **stock** se resume, neste momento, a num deles ter para venda apenas, 40 garrafas de azeite, 110 latas de atum de 90 gr. e mais ou menos 40 kg de cebolas.

Segundo informação colhida neste sentido, o outro posto encontra-se em situação, pelo menos idêntica.

Sabemos que o último transporte aéreo que levou mercadoria para estes postos foi no mês de Setembro e, apenas, 4 toneladas de manteiga para dividir pelos dois postos.

O último transporte marítimo que levou mercadoria para os mesmos, escalou as Flores no mês de Outubro.

Será que quando neste Plano a Médio Prazo se diz (a pág. 85):

"Prosseguimento da política de stocks mínimos através do apoio à constituição de fundos de maneio nas ilhas onde tal se torna necessário".

Ou na mesma página:

"Manter o abastecimento das ilhas com mais carências neste domínio devido às dificuldades de transportes".

Se quer dizer:

Florentinos! Vocês em épocas determinadas e de, **interesse para a Região**, são açorianos, mas a partir daí, contem apenas com o que têm que nós já cá temos o que precisávamos na tua qualidade de eleitor!

Certamente que a razão desta anomalia parte de **alguém??** Parte de alguma situação imprevisível, mas que urge regularizar o mais cedo possível.

Como Açoriano e Florentino, queria aqui

e publicamente denunciar esta situação com uma finalidade.

Que neste sector se debrucem os órgãos competentes pois que as estruturas existem, os meios humanos estão nos seus postos. O que falta, **só e apenas**, é que haja boa vontade em coordenar os transportes que temos com as necessidades que surgem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Ao menos que os Florentinos possam, ainda este ano apreciar através da televisão, que não têm, mas que vai ser ali instalada como se pode, uma vez mais, ler no PMP 85/88, as reportagens sobre as chegadas e partidas dos navios nos cais acostáveis da Região, transportando regularmente os géneros que um dia virão do exterior com destino ao cais acostável das Flores, que também, **ainda não têm!!**

Deputado João Vasco Paiva (PSD): Mas vão ter!

O Orador: Faça votos que sim.

E que, mais uma vez, e à semelhança dos anos anteriores, voltam as promessas governamentais sobre os dois projectos que afectam de forma mais evidente o bem estar e o desenvolvimento da população das Flores.

O nosso povo tem sérias razões para não acreditar em nada disso. Tantas foram e são as justificações para os sucessivos adiamentos da concretização daquelas aspirações.

Oxalá que os próximos planos, nomeadamente o de 1986, isto é, o décimo plano, já contenha, não a promessa, mas a informação desejável que confirme a resolução do problema da cobertura televisiva e radiofónica de um dos 3 grupos de ilhas da Região e o decorrer da obra do porto das Flores.

Porque, Senhores Membros do Governo, o povo das Flores tem toda a razão de ser como S. Tomé.

E como o Deputado do CDS das Flores é parte integrante desse povo e com ele está incondicionalmente solidário, e não vinculado a disciplinas ou interesses partidários, não pode deixar de manifestar a sua total desconfiança neste Plano e neste Governo que tem marginalizado e até abandonado a martirizada população da ilha das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Nove ilhas situadas entre dois continentes, habitadas por cidadãos que na sua grande maioria retiravam da produção agrícola o sustento de

cada dia.

As históricas aspirações autonomistas nunca tinham obtido uma resposta muito satisfatória. Uma autonomia administrativa sufocada pelo Estado Novo que a estrangulava financeiramente. As ilhas estavam então agrupadas em distritos, de uma forma artificial e até contra a realidade natural.

Mas o 25 de Abril de 1974 trouxe um novo alento às aspirações autonomistas. Surgiu uma dinâmica nova. Projectos inicialmente pouco criativos e sempre baseados na realidade distrital então vigente. Os projectos sucederam-se e aperfeiçoaram-se com a discussão e no meio de um esforço profundo de abertura às ideias para uma nova realidade possível que era a de Região.

Uma Região que seria composta pelas nove ilhas ainda hoje e sempre todas profundamente diferentes mas também todas com potencialidades, mesmo as mais pequenas e também todas com limitações, mesmo as maiores. **Porém, a realidade distrital deixou marcas tão profundas que hoje ainda não desapareceram completamente, dando lugar apenas à realidade ilha, a geográfica, a natural e a única realidade que jamais se poderá mudar nos Açores. Seremos sempre ilhas, ainda todas com carências, só que diferentes.**

Todavia, no meio de muitas lutas, acabaria sendo reconhecida a histórica aspiração do povo dos Açores e a realidade Região, composta de ilhas, a que foi outorgado o direito a uma Autonomia Político-Administrativa.

Foi nesta sequência que a Constituição da República Portuguesa veio a consagrar que a autonomia das regiões visa o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais.

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores impõe que a política de desenvolvimento, económico e social, terá linhas de orientação específica, definidas pelo Plano Regional, visando o aproveitamento das potencialidades e a promoção do bem-estar, do nível e da qualidade de vida. E ainda o Estatuto que confere ao Governo Regional a responsabilidade pela elaboração da proposta de plano e atribui a esta Assembleia a competência de o discutir e aprovar.

Na sequência destes preceitos surgiu a lei regional disposta sobre a **orgânica de planeamento**. O texto em vigor é já uma consequência de alterações introduzidas ao inicial e numa análise, ainda que não muito profunda, ao grau de cumprimento da actual lei, logo se conclui que **se está longe do seu integral cumprimento, não apenas por parte do Governo, como também e por parte da Assembleia** e isto não acontece apenas nos preceitos em que a experiência aconselha já algumas novas modificações. Mas

não é sobre este assunto que nos ocuparemos, pelo menos de momento.

O Governo Regional desincumbiu-se pois da obrigação que lhe era imposta e a Assembleia ocupa-se agora de discutir um dos mais importantes documentos que a ocuparão nesta III Legislatura. Certamente que cada um dos que aqui estão terão bem presente o dever que nos é imposto de contribuir para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia. Espero que nenhum grupo abandone a sala, nem mesmo ficando decida não participar. Nem uma coisa nem outra inéditas!!!

Uma oposição que tropeça no argueiro, sem ver a trave!!!

Participar, é, afinal, o que procurarei fazer, como puder e souber, mas com uma **sinceridade que os compromissos assumidos não podem dispensar** e uma honestidade e um espírito de serviço que a ninguém julgo legítimo pôr em causa. O que aqui trouxe, ao longo deste debate, pode não estar de acordo com o que todos ou a maioria pensam, mas é seguramente fruto do conhecimento possível e da experiência destes anos, de muito trabalho e de muita reflexão.

Quanto mais as minhas intervenções refletirem a já impaciência de alguns e o seu desejo de mudança, tanto mais próximo estarão daqueles que me elegeram e que querem ver corrigidas desigualdades para que possam continuar fixados na sua terra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Abordar um documento desta natureza não é tarefa fácil, tanto mais se o quiséssemos abarcar a todo. E por isso que me procurarei restringir a alguns dos seus "grandes objectivos".

De entre eles escolhi aquele, o quarto, que diz concretamente "estabilizar a evolução demográfica açoriana, criando condições para a fixação da população nomeadamente através da construção de infraestruturas sociais e económicas" e ater-me-ei, também, a uma parte de um outro "objectivo", o segundo, concretamente o prosseguimento do esforço da "correção das desigualdades intra-regionais ainda existentes".

Para tanto procurarei ter em conta a caracterização actual nos aspectos e zonas que mais interessam e obviamente **sem deixar de ter em conta o esforço de desenvolvimento levado a cabo nos oito anos de governo próprio, importantíssimo sem dúvida, mas nem sempre homogéneo nem equitativo**. Procurarei ter em conta as potencialidades e os bloqueios, cuja análise global nem sempre é válida para as parcelas que compõem o todo. Na apreciação das opções tentar-se-á ter em conta em que medida as políticas sectoriais parecem ou não capazes de atingir os objectivos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto aos aspectos de caracterização e nomeadamente quanto á população, que é o meio e o fim de todo o desenvolvimento, é de dizer que não obstante se referir que a tendência para o decréscimo se alterou a partir de 1979, mesmo assim, de 1970 a 1981 a Região desceu na sua população significativamente ou seja 15,8%, mais do que no período 1960/1970 em que a variação foi de 11,7%. De referir ainda que os decréscimos foram muito variáveis de ilha para ilha e até dentro dos próprios concelhos. Assim, por exemplo, na década de 1970 a 1981 a descida em Santa Maria foi de 33,4%, no Faial apenas de 9,3%, enquanto que nas Flores de 19,1%, sendo de 15,1% em Santa Cruz das Flores e de 23,7% nas Lajes das Flores e em S. Jorge a disparidade era ainda maior ou seja 16,7% nas Velas e 26,9% na Calheta.

Se é verdade que a tendência para o envelhecimento da população é geral, ela é muito mais grave em algumas ilhas. Por exemplo a Ilha das Flores, em 1970, ocupava o 5º lugar (11,1%) na ordem crescente do grau percentual de envelhecimento da sua população e em 1981 já era a segunda ilha com uma maior percentagem de população com mais de 64 anos (18,4%), no que só era ultrapassada pelo Corvo (18,9%).

E assim que é de ter em conta que a evolução da população potencialmente activa (15 a 64 anos) em algumas ilhas, entre 1970 e 1981, desceu assustadoramente, o que se torna mais evidente se compararmos umas ilhas com as outras e se não vejamos: 32,4% em Santa Maria e 8,5% em S. Miguel, ou mesmo 28,8% nas Flores e 8,8 no Faial.

A Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros no seu relatório sobre o Plano diz que a taxa de crescimento natural médio pode ser enganosa e não espelhar a realidade de cada ilha. E parece ser verdade pois um indicador de 1981/1982 permite-nos ver que a taxa de natalidade é maior que a de mortalidade, existindo por isso crescimento, apenas em S. Miguel (13,3%), Santa Maria (7,6%), Terceira (7%) e Faial (6,6%), sendo muito pouco superior em S. Jorge (apenas 0,6%) e inferior em todas as outras ilhas. Só para se ter uma ideia da evolução, veja-se que, nas Flores, por exemplo, existia taxa de crescimento da população em 1970/72 (6,2%) em 1979/81 ainda existia (1,9%) mas em 1981/82 já havia decréscimo (-1,6%).

Na caracterização económica também importa salientar que a situação é muito diversa de ilha para ilha, isto segundo dados de 1981. A Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros assinala a baixa de 49,8% para 31,5% da população activa no que toca ao sector primário e é assim efectivamente ao nível da Região, só que em S. Jorge a percentagem de activos ligados ao sector primário é de 55,8%, na Graciosa de 51,8%,

nas Flores de 49,4%, embora na Terceira seja de 21,3% e em Santa Maria de 26,1%. E no sector secundário a percentagem de activos com profissão é de 25,3%, ficando-se a Ilha das Flores por 12,5%, menos de metade da percentagem regional, constituindo o valor percentual mais baixo de todas as Ilhas da Região.

Passando a uma breve análise à **caracterização social** é oportuno dizer que a apreciação contida na proposta está na generalidade correcta, só que também **são divergentes as condições entre as diversas ilhas.** E certo que existem escolas preparatórias, mas algumas estão bem mal dotadas de professores. A das Flores, por exemplo, onde se lecciona até ao 9º ano, tem apenas 5 professores com habilitação própria nos 18 leccionando e funciona desde há muitos anos em desdobramento.

O baixo número de desempregados na Região é sobretudo de gente que completou o liceu e aspira a ser funcionário público. E **certo que temos de dignificar outras profissões e encaminhar para elas a nossa gente jovem, mas não existe ensino técnico que permita a formação profissional para outras áreas básicas para o desenvolvimento regional e satisfação das necessidades da população.**

No que concerne à habitação - um dos graves problemas regionais - também será razoável dizer que os apoios às cooperativas de habitação só ajudam a resolver o problema em certas ilhas.

No **aspecto cultural** as igualdades de oportunidade são também bem diferentes entre as diversas ilhas. Basta falar nas **dificuldades para alguns de acesso à informação como à rádio e à televisão** de que duas ilhas ainda estão inteiramente privadas depois de a TV ter chegado há quase 10 anos aos Açores e os jornais que não existem em todas as ilhas como em S. Jorge, Graciosa e Corvo, ou vivem com muitas dificuldades como no Pico e nas Flores e provavelmente em Santa Maria.

Julgo ser a altura oportuna de realçar que **a proposta de Plano de Médio Prazo 1985/88, aceita, com um realismo** que é de louvar que não obstante os Açores aquando do início do processo autonómico estarem numa situação de **atraso generalizado, ele não era, porém, uniforme e se reconhece a existência de nítidas assimetrias e desigualdades dentro do espaço regional.** E assim mesmo. De nada serviria persistir na negação de uma evidência e essa cómoda maneira de estar em nada contribuiria para a atenuação dessas desigualdades, ainda que numa maneira lenta mas constante e progressiva. E certo que ao nível dos investimentos públicos em infraestruturas físicas muito tem sido feito e nem são apenas os portos, os aeroportos, as escolas, os hospitais, os polivalentes para as Casas do Povo e as estradas. Mas se se aceita que a realização

destes investimentos não é por si só a mudança, também é verdade que sem eles a mudança nas condições de vida é impossível.

E é igualmente correcto afirmar que os investimentos ao nível da Região não têm correspondido ao programado e aprovado e não têm, por via disso, sido equitativos. Aliás sobre este tema não me alongaria agora porque, se para tal houver oportunidade, ainda gostaria de o tratar de uma forma mais desenvolvida, uma vez que **a Assembleia nunca apreciou os relatórios de execução nem as contas regionais** e nem sequer as comissões, mesmo na apreciação da proposta ora em discussão, nos adiantam esses elementos que reputo da maior importância para uma melhor caracterização da situação de cada uma das nossas parcelas regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desenvolve a proposta, no seu capítulo segundo, dois temas: potencialidades e bloqueios. Nas primeiras inclui a actividade agro-pecuária, os recursos marítimos, a geotermia e o turismo e de algum modo a localização geográfica, a que a Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros e a Comissão para os Assuntos Internacionais ainda conferem, com inteiro cabimento, muito maior realce. Aliás o valor da nossa localização aqui no meio do Atlântico tem-se claramente revelado como um factor da maior valia não só nos aspectos estratégico e económico como também no político.

Basta ver o que se tem passado nas negociações dos tratados e acordos internacionais, pensar nos empréstimos contraídos pelo país e agora mesmo olhar para o que se está a passar em Bruxelas a propósito das negociações de alargamento da CEE à Espanha e a Portugal. Só que os órgãos de poder central sabem bem melhor valorizar esta posição privilegiada nas relações internacionais e jogá-la como peso negocial, do que reconhecê-la no âmbito interno quando se trata de dar cumprimento aos preceitos constitucionais de suporte dos custos da insularidade que todos os anos e incompreensivelmente são uma fonte de conflito sempre resolvida a troco de complicadas manobras.

Indiscutivelmente que algumas das nossas potencialidades de desenvolvimento são simultaneamente dificuldades, já que não desejaria chamá-lhes nem bloqueios nem estrangulamentos, exactamente porque o desafio que é posto ao Povo dos Açores e principalmente aos seus responsáveis está em desbloquear e impedir o estrangulamento.

Antes de mais está o facto de sermos nove pedaços, uns muito maiores do que os outros, mas todos muitos pequenos afinal. Dispersos, separados por um mar imenso, tão rico como traiçoeiro, tão desconhecido quanto impossível de ocupar e difícil de a um tempo se aproveitar

sensata e integralmente.

Uma região de turismo, mas com ilhas pequenas, passagens caras. Quatro estações por dia. Chuva boa para as culturas e má para os turistas. Hóteis e residenciais cheios de Verão, um serviço atabalhado de empregados que no Verão são poucos e no Inverno são pelo menos o dobro do que era preciso.

Uma região que não vive sem transportes marítimos. E mesmo esses nos chegam a fazer parar! Ou são os estivadores, ou a marinha mercante à portuguesa com três tripulações por barco ou, finalmente a dúvida sistemática a que nos habituou o Senhor Presidente da República.

Quanto ao regime fiscal, matéria assaz complexa se tratada como merece, não permite o tempo muitas considerações nem parece ser esta a altura mais oportuna para o fazer com profundidade. Espera-se que para tanto ainda haverá oportunidade e para já tão somente se refere que são sensatas algumas das preocupações expressas pela Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros. E é também **razoável que se diga que em algumas das nossas ilhas não se investe só porque não existem incentivos fiscais**, mas muito mais devido ao facto de não haver engenheiro que elabore o projecto técnico, arquitecto que desenhe o edifício e economista que faça o estudo de viabilidade económica e porque quem está longe dos centros de decisão não pode ultrapassar, não raro as barreiras burocráticas. Bem e **finalmente há quem não invista porque é suficientemente sério para não ter coragem de entregar os trabalhadores ao Governo Regional depois da falência ou antes, mas sob a ameaça dela!!!**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todas as considerações que aqui foram trazidas tiveram em vista fazer realçar que os **objectivos** a que se aludiu, para serem atingidos, **têm de ter em conta diversos factores ao nível de cada ilha.**

Já se demonstrou que a caracterização de cada ilha é diferente mesmo por comparação com a que lhe fica mais próxima. A população é diferente em número, em idade, numas tende a crescer, noutras a diminuir, numas ocupa-se em mais de 50% na agricultura e na pecuária e noutras não.

Se a especificidade regional é um dos fundamentos da Autonomia, a especificidade de cada ilha não pode deixar de estar na base de todo o planeamento.

Quer isto dizer que para que se corrijam as desigualdades intra-regionais ainda existentes é preciso saber, em cada ilha, quais eram, as que se resolveram, as realizações que são mais necessárias e por isso mais urgentes. **Tem de se saber não apenas quais os bloqueios ao desen-**

volvimento global dos Açores, mas antes disso o que pode estar a estrangular cada ilha, a impedir o seu desenvolvimento, a acelerar o seu despovoamento. Onde ainda se persiste em estar agarrado à agricultura e à pecuária, como nas Flores ou em S. Jorge, é preciso criar condições ao aproveitamento dessas potencialidades e onde se tende a abandonar o sector primário e enveredar pelo dos serviços é preciso criar condições para que o sistema naturalmente se inverta como parece conveniente.

Certamente que não se quer apenas criar condições para que a população não sinta necessidade de abandonar a Região, mas naturalmente se o quer fazer ao nível de cada uma das ilhas e se vai actuar, primeiramente, onde essa tendência é mais vincada. Já que talvez se não possa repovoar algumas ilhas, o que, no aspecto social, seria mesmo arriscado, mas no aspecto económico seria inteiramente aconselhável, faça-se pelo menos, o que for justo, para fixar os que ainda lá estão. Mas para tanto é preciso saber em cada uma dessas ilhas quais são as infraestruturas que é fundamental construir.

E preciso não esquecer que o Programa de Governo ainda tão recentemente aprovado por esta Assembleia considera como um grande objectivo a atingir "a correcção dos desequilíbrios intra-regionais ainda existentes, através do lançamento de programas integrados por ilha".

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para fazer com que a população dos Açores não diminua, como propõe o Governo e é desejável, é preciso que muitas medidas se tomem ao nível de cada uma das Ilhas.

O Governo aponta e merece inteiro apoio a **construção de infraestruturas de transporte em todas as Ilhas** dos Açores, construção essa que como consta da própria proposta de PMP 1985 / 1988 deverá ficar completa nos próximos quatro anos. **E preciso andar depressa pois o porto das Flores ainda não se iniciou e os de Santa Maria e Terceira ainda que iniciados estão longe do fim.**

O Governo também opta por outras medidas essenciais para atingir os objectivos de estabilização da evolução demográfica, como sejam os de uma política de investimentos dirigida à satisfação das necessidades básicas da população: habitação, educação, saúde.

Não me permite o tempo disponível ir muito mais longe no desenvolvimento do que se me afigura serem as medidas sectoriais mais adequadas a desenvolver ao nível das ilhas mais carenciadas, que possam contribuir para se fixar a sua população, para a rejuvenescer e para a aumentar quantitativa e qualitativamente.

Daí que me refira a apenas algumas:

Educação: Criar condições de igualdade

de acesso ao ensino implica eliminar as desigualdades financeiras de que são vítimas os que estão mais longe dos centros de ensino. Se queremos ter ensino capaz de formar as gerações do futuro é preciso pôr a funcionar incentivos, aliás já previstos na legislação regional, que levam até às ilhas onde eles faltem professores com adequada habilitação. Nesta Região é também necessário que o sistema de ensino se insira nas necessidades regionais.

Cultura: Realço o apoio que claramente merece a proposta contida no Plano de integral cobertura da Região pela RDP e RTP.

Segurança Social: Sublinho a construção de equipamentos que permitam que os mais idosos não tenham de abandonar a sua terra. É inteiramente de apoiar o programa de construção de edifícios polivalentes tanto mais que, pelo menos nas Flores, não existe nenhum.

Formação Profissional: Aqui o destaque vai para a criação de condições que favoreçam a integração do ensino agrícola no conjunto da rede de ensino, definindo acções de ensino e formação profissional agrícola a todos os níveis. De sublinhar também a intenção de formação dos agricultores, proporcionando-lhes melhores conhecimentos técnicos. De realçar ainda a valorização e dignificação dos profissionais do sector das pescas.

Habitação: É extremamente necessária a criação de apoios que permitam viabilizar a construção de casa própria, tendo em conta a circunstância de não existirem cooperativas em todas as ilhas.

Cooperativismo: As acções que têm sido levadas a cabo estão longe de ser as suficientes. O movimento cooperativo, em muitas áreas, espera bem mais.

Sectores económicos: Transformar e modernizar a agricultura, procurar obter o crescimento da produtividade agrícola, diversificar as culturas, abrir caminhos de penetração, melhorar a qualidade do gado e dos produtos de origem animal, modernizar a frota de pesca e apoiar os pescadores, aumentar a capacidade turística e diminuir a sua sazonalidade, são outras tantas medidas, unicamente algumas das muitas previstas na área do desenvolvimento económico que é indispensável à qualidade de vida do Povo dos Açores, embora esta não dependa unicamente do crescimento económico.

Abordarei, para finalizar, apenas mais um sector. O dos **Transportes**. Tão essenciais em toda a parte, mas particularmente numa região como a nossa. Aqui julgo de salientar: Apoiar o transporte rodoviário; nos transportes marítimos a preocupação com a regularidade e frequência; desenvolvimento de acções que levem à renovação

dos navios tanto nas ligações com o continente como inter-ilhas; fomentar a contentorização de cargas criando disponibilidades de frio indispensáveis; construir portos e melhorar a operacionalidade dos aeroportos. Estas são realmente algumas medidas indispensáveis no sector.

Os problemas existentes nos transportes têm, aliás, repercursões a todos os níveis. Não se poderá falhar nesta área sob pena de comprometer todo o Plano de Médio Prazo 85/88 e nomeadamente aqueles objectivos que com maior incisão procurei tratar. Sem transportes em condições será impossível concretizar o importante objectivo regional de criar condições económicas e sociais para fixar as populações nas Ilhas dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

A problemática dos jovens foi, bastas vezes, ventilada nas últimas Sessões desta Assembleia, quer aquando da apresentação do Programa do Governo, quer em ligação com as comemorações do Ano Internacional da Juventude. É um tema deveras aliciante. Tema este trazido sistematicamente à ribalta numa encenação habilidosa ou manifestação de uma preocupação profunda perante as cenas arrepiantes que, quotidianamente, presenciámos no grande palco da vida? É uma interrogação. Acredito que todos estão empenhados no minorar da situação já que a sua resolução envolve reforma de mentalidade e um empenhamento total na construção de um presente com perspectivas de esperança.

Este pequeno preâmbulo introdutório visa situar o assunto que hoje trago a esta Câmara exactamente com a tal chancela de esperança!

Os problemas da juventude não se podem dissociar da Escola que, para além da aprendizagem que transmite, é cadinho de transformações sócio-culturais importantes.

Se a Escola transforma a vida, a vida tem de ir à Escola. Escola implantada no seio das comunidades dispendo de variados recursos físicos e humanos.

A implantação destes agentes essenciais de transformação e progresso obedece, naturalmente, a critérios de vária ordem e às disponibilidades financeiras dos responsáveis pela sua execução.

Tem o Governo Regional, através das Secretarias Regionais competentes, procurado implementar a construção de uma rede escolar abrangendo os ensinos básico, preparatório e unificado nas diversas ilhas dos Açores, permitindo o

cumprimento integral da Escolaridade Obrigatória e tendo como marco subjacente a realidade concelhia, medida acertada em determinadas zonas mas discutível noutras, atendendo a certos desequilíbrios demográficos que vão surgindo.

A Ilha do Pico com 100 quilómetros de perímetro e uma população que ronda os 16.000 habitantes, possui duas Escolas Preparatórias Oficiais, englobando o Ensino Unificado e uma Escola Particular em regime de supressão do Ensino Oficial, portanto com um contrato de Associação com a Secretaria Regional da Educação e Cultura e paralelismo pedagógico. A Escola Preparatória de S. Roque do Pico tem uma frequência de 208 alunos; a Escola Preparatória das Lajes do Pico tem uma frequência de 425 alunos e o Externato da Madalena uma frequência de 438 alunos. Para além do Ensino Preparatório e Unificado, o Externato tem a funcionar o Ensino Complementar com subsídio e apoio da Secretaria da tutela, restrito a duas áreas, C e D, e abrangendo alunos de outros concelhos. Neste específico caso também existe paralelismo pedagógico.

O Externato Particular da Madalena tem funcionado em edifício próprio melhorado pelo constante aumento de alunos e permanece como símbolo do esforço, boa vontade e espírito de iniciativa de um grupo de pessoas que nas Vilas e em algumas freguesias, propiciaram aos jovens o acesso ao ensino já que as bolsas dos pais, mesmo com a ajuda dos cabazes ao fim de semana, não permitiam a continuação dos estudos fora de portas. Foi uma lição magnífica com resultados surpreendentes.

Quando mais tarde se fizer a história das Ilhas de Santa Maria, S. Jorge, Graciosa, Pico e mesmo S. Miguel saber-se-á quão benéfica foi esta iniciativa na promoção das nossas gentes. Há vários deputados nesta sala que bem avaliam a justeza da minha afirmação porque viveram a experiência.

O Plano a Médio Prazo aponta para a criação de uma nova Escola Preparatória na Ilha do Pico, não localizada, mas que é naturalmente a concretização de uma aspiração já por diversas vezes manifestada às entidades responsáveis por órgãos autárquicos, sobretudo do concelho da Madalena. Só que, perante o facto consumado da não alusão à criação de qualquer estrutura ou condições que englobem o Ensino Complementar, o panorama é idêntico ao existente nos meados da década de sessenta. Apenas os privilegiados economicamente poderão singrar nos estudos, complementando a sua aprendizagem obrigatória, para não falar no inconveniente do corte brusco dos jovens com a família em idades difíceis - preocupação já manifestada nesta sala por um colega deputado da minha ilha.

Também achamos que a família merece todo

o apoio já que deve ser o polo dinamizador de uma verdadeira educação. Só que é mister passar da teoria à prática. E preciso facultar-lhe essa possibilidade. Há volta de 100 jovens da Ilha do Pico frequentam o complementar na Ilha do Faial, Terceira e S. Miguel. 51 fazem-no da Madalena do Pico em áreas possíveis de serem leccionadas. E quantos ficaram e ficam pelo caminho...

Perante este quadro gostaria de aproveitar este momento para lançar um apelo ao Governo, especialmente ao Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura :

A criação do Ensino Complementar na Ilha do Pico é uma necessidade premente. Está nas vossas mãos!

O Pico é uma ilha cujo índice de envelhecimento é preocupante. Urge encontrar objectivos e metas de fixação. Um jovem que parte da Ilha para continuar os estudos numa fase da vida em que se estabilizam sentimentos e aprofundam afectos, marca naturalmente, encontro com outro destino. Voltará para férias.

Neste Ano Internacional da Juventude em que muito se programa e pouco se aprofunda, esquecer este aspecto é não entender a problemática Juvenil. Que jovens na casa dos 18/20 anos, mais amadurecidos, partam para mais altos voos é perfeitamente aceitável e necessário.

Mas que miudos e miudas de 14 e 15 anos, imaturos e inexperientes sejam atirados para certos ambientes, talvez, para manter "certos equilíbrios" é preocupante! Construir "Nordelazinhas", em vez de proporcionar os meios para que estes jovens fiquem na sua ilha e no seio da família é, no mínimo, chocante!

Em relação a este problema, alguns dos que nos governam estão atentos. Conhecem bem a realidade. Ora vejam só: No ano Internacional da Juventude oferecem ao Pico um lar de idosos que é oportuno e importante. Pudera não! Somos uma terra de velhos!

A Ilha do Pico pela sua extensão e potencialidades seria, naturalmente, a primeira a emergir na peugada de uma triologia assente que parece atingir foros de sagrada. Fazer fincapé nesta triologia é correcto em alguns aspectos mas subverte, noutros, o verdadeiro sentido da autonomia que começa dentro de portas com uma descentralização equilibrada e actuante.

E não nos embrenhem de novo, num fatalismo mórbido que nos persegue. Quando a batata é quente é devolvida à Ilha não sei se com a esperança de que os ancestrais desentendimentos provoquem o costumado adiamento.

O Governo existe para governar!

Quero incluir-me nos Picarotos que, em relação ao Ensino, saberão agradecer a quem governa, a perspicácia, a sabedoria e, sobretudo,

a coragem.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomaz Duarte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se o Plano de Médio Prazo constituísse apenas a versão quantificada do Programa do Governo Regional para os próximos quatro anos, que já mereceu a aprovação desta Assembleia depois de amplamente analisado e discutido, seria por certo redundante diligenciar de novo precisar os seus objectivos e meios de efectivação, depois da larga divulgação e apreciação feita ao documento que o consubstancia por agrupamentos sectoriais, arrumados em Programas bem individualizados com expressa dotação orçamental.

Para mais tornado tanto quanto possível transparente o nosso próprio entendimento do seu autêntico conteúdo perante a respectiva Comissão Parlamentar, restar-nos-ia responder a alguma eventual interpelação para mais generalizado conhecimento.

Na realidade, sendo o Plano o instrumento privilegiado do Governo para lançar o desenvolvimento integrado e progressivo da Região, a imagem rigorosamente delimitada de toda a sua actuação no prosseguimento dos princípios proclamados, não será descabido aproveitar o ensejo da sua apresentação formal para se insistir, ainda que de relance nos propósitos e convicções que nos assistem a animam enquanto seus intérpretes e executores co-responsáveis.

Concepção e aplicação, as suas fases mais salientes, envolvem uma definição de política que condiciona todo o processo governativo, no fundo o que se pretende esclarecer ou questionar através do diálogo ou do debate.

No âmbito dos Transportes e Turismo essas políticas são bem conhecidas, até porque consignadas num muito reduzido elenco de programas de enunciado assaz elucidativo.

Com efeito, ninguém ignora e muito menos contesta a aposta clara e firme dos sucessivos Governos em dotar todas as ilhas de infraestruturas portuárias e aeroportuárias adequadas, obras fundamentais que têm absorvido avultado quinhão das verbas dos Planos e cuja rede deve atingir no presente a sua fase de conclusão com um suporte superior a 10 milhões de contos.

Todas estão bem à vista e os seus efeitos propulsores são flagrantes.

No que respeita aos Transportes propriamente ditos, pese embora aos que preferem desconhecê-lo, existe uma política do Governo de há muito estabelecida e que tem norteado o comportamento e medidas de acção do seu departamento tutelar.

Dada a acuidade de que se reveste este assunto, permanentemente invocado para caracterizar a dependência do nosso contexto insular e justificar muitas das nossas limitações estrutu-

rais, permitam-me alguma demora na abordagem dos seus três ramos - aéreo, marítimo e rodoviário - considerando as componentes externa e interna dos dois primeiros.

Ligar o Continente e as Ilhas por avião ou navio é missão e encargo que incumbem ao Governo da República. Apesar das reclamações que invariavelmente surgem sempre que se verifica agravamento de tarifário, as empresas Públicas que prestam esse serviço à Região são deficitárias e da parcela social daí resultante o nosso orçamento não participa minimamente.

Daí que a intervenção de acompanhamento que se reserva aos representantes da Região "ao ser ouvida" não possa ser vinculativa, antes meramente moderadora quando se perfilam itinerários, passagens e fretes.

Assim, o programa inscrito no Plano sob a designação de "Apoio ao transporte" refere-se exclusivamente ao movimento interior do arquipélago. Do seu montante para o quadriénio, que se cifra em 3.650 mil contos, caberá à SATA a parte mais significativa como indemnização compensatória prevista no contrato programa celebrado com o Governo. Por sua vez, a transportadora aérea regional terá de pautar a sua gestão por normas que conduzam a exploração a uma situação de equilíbrio.

Para reestruturação do esquema do transporte marítimo inter-ilhas, designadamente as do Grupo Central, visando a renovação das frotas das "lanchas e iates do Pico" e para preencher a lacuna deixada pelo navio "Ponta Delgada", o Governo vai adquirir duas embarcações de passageiros, a primeira das quais, em construção nos estaleiros de S. Jacinto em Aveiro, será entregue antes do final deste ano.

Um projecto para reforço da movimentação de cargas entre todas as ilhas deverá ser encetado ainda no decurso do presente Plano de Médio Prazo.

No conjunto e no total do Plano, serão despendidos cerca de 600 mil contos.

Os transportes terrestres, principalmente para substituição do material rolante e auxílio financeiro às empresas concessionárias mais carecidas, arrecadarão no período em apreço algumas centenas de milhares de contos.

Passemos agora para o campo do Turismo, em que o Governo vai investir até 1988 cerca de 2 milhões de contos, prova mais que evidente do interesse que lhe merece este promissor sector da actividade económica.

Os Açores, como encruzilhada de rotas atlânticas, sempre mereceram assinalada curiosidade e cativantes referências por parte de inúmeros viajantes que aqui aportaram, alguns de nomeada, que nos legaram verdadeiros roteiros do nosso fascinante enquadramento natural e dos nossos

usos e costumes.

Pela sua declarada vocação para o Turismo, os Açores surgem na era em que o mesmo se implanta com requintes e exigências de indústria organizada e florescente como uma região bem demarcada nos padrões da especialidade e como um cartaz deveras apeteçido.

Não valeria a pena, nem resultaria, tentar subtraí-los ao irreprimível surto de forasteiros. Em contrapartida só será recomendável promovê-los como destino turístico na justa medida em que não periguem a integridade paisagística, o equilíbrio social e os traços mais característicos da nossa fisionomia cultural.

Não corremos esse risco porquanto o desenvolvimento do nosso turismo tem-se processado lentamente, aquém da nossa capacidade de absorção, para tranquilidade dos ecologistas tanto em moda.

Fecharemos 1985 com aproximadamente duas mil e quinhentas camas, metade da capacidade desejável para se assegurar em moldes convenientes a rotação e permanência de fluxos de certa relevância. Abaixo daquela meta, não esquecendo que o nosso equipamento hoteleiro se dispersa por diversas ilhas, não se poderá contar com a modalidade "charter" com que se alcança a dimensão compensadora.

Até final deste terceiro Plano de Médio Prazo, julgamos ser possível chegar à casa das 3.500 camas face às iniciativas em curso e em fase de projecto, nas quais se inclui a ampliação das três unidades basilares ao serviço da Região. Referimo-nos exactamente aos Hoteis Avenida, de Angra e Faial.

O Plano consigna verbas para o efeito que somam 800 mil contos.

Mas não só de camas, embora seu indicador mais significante, vive o Turismo.

Há toda uma máquina complementar de actividades para-turísticas e elementos valorativos do ambiente.

São os restaurantes, cafés, "boites", casas de espectáculos, centros de diversão, recintos desportivos, cujas linhas de incremento estão a cargo do Programa de "Apoio à Indústria Turística".

E o ordenamento físico do território com o retocar dos recantos mais frequentados, instalação e melhoria de miradours, campanhas de embelezamento florístico.

E os parques florestais, de campismo e de merendas e as praias e piscinas naturais e os demais logradouros públicos.

Numa palavra, tudo o que concorra de maneira decisiva para o enriquecimento da oferta turística.

E não só.

A preservação do nosso património rural, presenças destacadas que outrora dominavam a

paisagem, e aí se situam os nossos esculturais moinhos, as azenhas e as eiras, tanto para regalo de estranhos como a contrariar a total descaracterização do nosso "habitat" tradicional.

Entretanto, se o nosso parque de acolhimento é insuficiente, mais insatisfatória ainda é a sua taxa de utilização, demasiado penalizante o grau de sazonalidade de que o sector se reveste.

Indispensável, portanto, incentivar o chamado turismo de Inverno e de meia estação para o que concorrerão positivamente, no primeiro caso, as nossas condições climatéricas favoráveis para a prática cada vez mais solicitada do "golf" cuja competição atrai substanciais contingentes dos consumidores ditos de qualidade, e, para dilatar a quadra estival, o tipismo e colorido das nossas festas regionais e outros acontecimentos escalonáveis no calendário.

Assim sendo, ao continuarem-se todas as habituais acções de animação turística com destaque para as manifestações do nosso folclore, as ajudas a torneios, campeonatos, "rallies" e regatas, aos arraiais populares e às proliferadas e cada vez mais conhecidas "semanas" de teor específico irão orientar-se preferentemente as medidas de divulgação e promoção para o alargamento temporal da procura.

E a fechar o esquema orçamental, não fica esquecida a formação dos profissionais do sector para o que respondem os 40.000 contos do respectivo Programa.

Por fim, desejamos dar especial relevo a um factor que concorre de forma muito peculiar para o rendimento comercial turístico e que do mesmo geralmente recolhe apreciáveis proventos.

Referimo-nos ao artesanato que, embora relacionado com a competência de várias Secretarias Regionais, à dos Transportes e Turismo se encontra mais afecto como produto final.

Pelo que representa de criatividade, transmissão da genuidade das usanças, ocupação de mão de obra disponível, complemento de orçamentos familiares, o artesanato receberá toda a protecção que merece.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

E com o exposto, não como desfiar incompleto de um rol de intentos, antes a fundamentação de metas concretas que apontam a sua verosímil eficácia, que estamos empenhados e comprometidos.

O Plano, nos sectores que nos cabem mais de perto, não o entendemos como a justificação de gastos do quinhão que nos foi cometido, mas sim como o desencadear, permitir e manter acções de ajustado fomento em empreendimentos e realizações tanto quanto possível reprodutivos.

A bem da nossa Economia, para o bem das nossas gentes.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart para um pedido de esclarecimento.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tinha esperado - aliás como o Sr. Secretário tinha prometido - ver respondidas as questões levantadas no período de perguntas.

Não encontrei resposta às perguntas que fiz sobre o transporte marítimo.

Por outro lado, sobre o turismo, e reconhecendo que ele é um dos pilares da nossa economia, há um aspecto que me traz uma certa confusão: é a Resolução nº 3/85 da Presidência do Governo que nomeia um delegado do Governo para a Proturotel, Turotel, Açortur, Siturpico, Gracitur e Siturflor.

Diga-se de passagem que isto revela um grande poder de imaginação do Governo (ou falta dele!) para arranjar cargos para os seus ex-Secretários Regionais.

Mas isto deixa-nos uma dúvida: o que é que compete, neste momento, aos membros nomeados pelo Governo nos Conselhos de Administração dessas empresas? Já foram destituídos ou resta alguma coisa para eles?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, se quiser responder, evidentemente.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomaz Duarte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Goulart:

Lamento tê-lo desapontado, mas julgo que as respostas pelo menos estavam implícitas.

Quando se referiu aos transportes, e evocou a TRANSINSULAR, manifestou que estava mal informado porquanto, de facto, neste momento, estão aprovados, não só o projecto que cria a TRANSINSULAR, como o que extingue as companhias de navegação anteriormente citadas.

O Sr. Presidente da República, após várias hesitações, acabou por promulgar o respectivo documento.

Foi dito, na outra Sessão, da nossa esperança na TRANSINSULAR, e aqui vamos confirmá-la, porquanto se não se vai resolver de uma só vez - e o programa estava mais ou menos escalonado na comunicação que fiz - o problema assaz complicado do transporte marítimo, o que se tem de afirmar, com toda a clareza, é que a TRANSINSULAR surge descomprometida com qualquer acção, com quaisquer dificuldades de se realizar. Não tem nenhum passivo, que foi uma das grandes dificuldades para que a CTM pudesse cumprir o seu programa.

Portanto, entra numa posição que, se lhe proporcionarem os meios adequados, poderá vir a preencher uma função muito especial nos Açores.

Não vai cumprir contra a saída do esquema, por isso já se foi adiantando da necessidade de se reforçar o transporte entre todas as ilhas com unidades a construir atempadamente.

Quanto ao aspecto do turismo, devo dizer-lhe que essa nomeação não corresponde à ironia que fez: da dificuldade de encontrar colocação para os membros que saem do Governo.

O que quer dizer foi, implicitamente, traduzido em números. E que, se chegámos a este ano só com 2.500 camas e é nosso propósito, num curto espaço de 4 anos, transformar 2.000 em 3.500, se nós não tivermos alguém com capacidade de dinamizar o sector para em tão curto espaço de tempo recuperarmos e, de facto, construirmos e ampliarmos as unidades hoteleiras, difícil será atingir este objectivo.

Foi nessa ordem de ideias que se sentiu a necessidade de reforçar o sector com alguém que estivesse disponível para se dedicar, exclusivamente, ao aumento de camas de que a Região tanto necessita.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo:

Foi com alguma expectativa que assisti à sua intervenção, e congratulei-me com a resolução de alguns problemas que estavam pendentes na Secretaria de que V. Exa. neste momento, é titular e que grande importância têm para as nossas populações.

Apenas fiquei com uma ligeira dúvida, Sr. Secretário Regional, e isto sem qualquer tipo de outra intenção que não seja o esclarecimento, não só pessoal, como também de pessoas que, enfim, esperam com alguma expectativa uma resolução nesta matéria.

Por exemplo, falou o Sr. Secretário Regional na questão da construção de um navio de passageiros. Fiquei sem saber se, uma vez que está a ser construído um navio de passageiros para navegar entre o Pico e o Faial, se esse navio a que V. Exa. se refere é apenas para entre o Pico e o Faial ou se é para toda a Região.

Eu agradecia que, se possível, o Sr. Secretário me esclarecesse esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar o esclarecimento solicitado.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomaz Duarte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Cabral:

Julgo que, em momento de desatenção,

não ouviu exactamente o que eu pronunciei: essas duas unidades destinam-se à ligação das ilhas, designadamente do grupo central.

E claro que arrancamos com uma, e será impossível dar toda a cobertura, mas, quando tivermos o programa completo, destinam-se exactamente a esse efeito.

Presidente: A Mesa tem aqui um pedido do CDS para uma interrupção. Mas, como eu já tinha dado a palavra ao Sr. Deputado Decq Mota, pergunto-lhe se não vê inconveniente em falar a seguir a esse período de interrupção.

Deputado Decq Mota (PCP): Não vejo inconveniente, Sr. Presidente.

Presidente: Então vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 19,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, pedia que retomassem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 19,30 horas)

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Plano a Médio Prazo é um documento sem dúvida importante a vários títulos.

Em primeiro lugar é um documento importante porque permite analisar as intenções do Governo Regional em relação à sua prática no prazo de tempo que imediatamente se segue.

Em segundo lugar, e na medida em que o Plano é a expressão prática de um programa de Governo, é importante porque permite analisar a política concreta do Governo, já sem parte da roupagem palavrosa e oca que caracteriza o programa do Governo.

Em terceiro lugar importa referir que a importância do Plano lhe vem, também, do facto de expressar com relativa clareza, mesmo para os menos informados, um conjunto de opções definidas e articuladas em função de interesses historicamente estabelecidos mas contrários, de facto e profundamente, ao interesse colectivo das populações das nossas nove ilhas.

Interessaria, pois, discutir o Plano, sem pressas nem afogadilhos. Bom seria que este debate ultrapassasse a natureza de ritual das palavras que estes debates normalmente têm e que esta Assembleia discutisse e votasse estes documentos de forma pormenorizada e atenta.

Conforme foi ontem largamente referido mas convém frisar sempre, a Comissão de Organização e Legislação deu parecer no sentido de que a discussão e votação do Plano se fizesse na generalidade e na especialidade, salvo se o Plenário aprovasse normas distintas. O Plenário aprovou normas distintas de forma desnecessariamente apressada. Será no entanto útil marcar

uma vez mais aqui uma posição que ultrapasse a mera interpretação legal e dizer muito claramente, que no entender do PCP, este debate só teria realmente um sentido pleno e a decisão desta Assembleia sobre os documentos em causa, só seria verdadeiramente assumida e útil se a discussão e votação fossem também feitas na especialidade, isto é, programa por programa.

Se é verdade que o Governo assenta numa maioria de deputados, não é menos certo que a votação só na generalidade, retira qualquer possibilidade a esta Assembleia de introduzir no Plano algum contributo criador e importante. A Assembleia ou aprova ou reprovava e não tem sequer, como tem em relação à iniciativa legislativa corrente, a possibilidade de alterar ou modificar.

Gastaram-se dois meses de trabalho, que, repito hoje, se tem de admitir ter sido trabalho esforçado, apenas para se vir aqui dizer um vago sim ou um não.

Continuar no futuro a proceder assim será continuar a passar a esta Assembleia Regional um atestado de menoridade política. O principal órgão de Governo próprio da Região não pode ser, em relação aos Planos, uma mera Assembleia de ratificação da vontade "infallível" do Governo.

Uma outra questão há, que importa aflorar no início deste debate: o problema da audição dos parceiros sociais.

O Sr. Secretário Regional das Finanças louvou, por mais de uma vez essa audição, mas no entanto já fomos todos confrontados com diversos protestos de organizações sindicais que se queixam, ou de não terem sido ouvidas, ou de o terem sido demasiado tarde.

A este respeito há que sublinhar não ser legítima nem aceitável a prática Governamental de limitar, pelo menos no início, o envio dos materiais para consulta aos sindicatos com sede na Região, pois sectores há que estando organizados em sindicatos de âmbito mais vasto (Nacional ou pluri-distrital) têm grande importância na vida Regional. Segundo sabemos foram muitas as estruturas sindicais não consultadas e mesmo algumas que responderam à audição e fizeram-no por ter tido acesso ao documento por via de outros sindicatos.

No caso da Terceira é do nosso conhecimento ter havido uma série de estruturas que enviaram um parecer em 17/2/85, que aliás foi distribuído aos deputados, depois de em 13/2 terem telefonado ao DREPA a pedir o documento.

No caso da Horta, como não houve telefonema dos sindicatos não houve consulta. De resto nas listas que foram distribuídas dos parceiros sociais consultados não constam estruturas sindicais do ex-Distrito da Horta.

Nada disto é, nem legal nem politicamente

aceitável. Será caso para dizer que o Governo procede a estas consultas como se de uma desobriga custosa se tratasse!

As intenções de diálogo sempre manifestadas, esbarram, também sempre, com a prática política auto suficiente e arrogante que marca o estilo do PSD no governo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Não é suficientemente claro se o Plano, no que toca à natureza de todas as suas despesas, é rigoroso.

Por outras palavras, há que dizer não se saber, com toda a certeza, se muitas despesas que integram diversos programas e projectos são, ou não, despesas de investimento.

Em vários casos os programas e respectivos projectos são enunciados de forma tão sintética e resumida que é legítimo que fique a dúvida.

No entanto, no PMP há uma situação, que é a inversa daquela que enunciámos acima e que diz respeito à cultura. Nessa área existem despesas de investimento que são normalmente feitas e que não constam do Plano. E não constam no Plano porque o governo não quer discutir as respectivas aplicações. E o Governo não quer discutir porque quer, nessa questão, pôr e dispôr a seu contento.

A este assunto específico voltaremos, mas fica aqui por agora a dúvida quanto ao rigor da elaboração do Plano neste aspecto que enunciei.

Uma outra questão geral, mas extremamente importante e que marca, de forma notória o PMP, diz respeito ao profundo desfazamento que normalmente há entre a enunciação dos objectivos que se querem atingir e a enumeração das acções que se pretendem realizar para atingir tais objectivos.

Regra geral, tem que se concluir que com essas acções nunca se atingiriam tais objectivos.

Por essa razão, velhos objectivos de outros planos nunca foram alcançados e são repetidos de forma sistemática e permanente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Estamos perante um Plano a Médio Prazo construído na base de pressupostos altamente desvantajosos para a população desta Região.

Por detrás de todo o Plano está a vontade política de aderir à CEE.

Por detrás de todo o Plano está a intenção de atingir **um certo tipo** de modernização da economia, coincidente com as razões políticas que levam o PSD, o PS e os Governos da República e Regional a quererem, no essencial, a adesão à CEE.

Esse **certo tipo** de modernização da economia resulta de opções de classe bem claras e inequívocas.

cas.

Vale a pena demorarmo-nos um pouco nesta questão.

Quando se fala em modernizar a economia a maioria desta Assembleia pensa, diz e actua apenas em função de uma ideia força que é a seguinte:

Modernizar a economia é apenas criar um certo número de empresas agrícolas, industriais, comerciais e de serviços com dimensão acima da média.

Essa política é, sempre, concebida no sentido de partir do que há nessa esfera, o que imprime uma característica bem definida e precisa a essa modernização. Por outras palavras, para o poder e para os apoiantes mais ou menos declarados desta política económica, modernizar implica apoiar e desenvolver as grandes empresas e implica seleccionar e apoiar **um outro número restrito** de empresários.

Modernização é pois, neste caso, sinónimo de apoio seleccionado, salvo algumas, mas poucas, excepções.

Só que esse apoio seleccionado recai, na maior parte dos casos, exactamente naqueles poucos que poderiam e deveriam investir o seu próprio capital.

Com esta política investem sim, mas com capitais públicos que lhes são entregues, a diversos títulos, o que provoca desde logo, para os beneficiários, um fenómeno de acumulação fácil.

Chegamos assim ao cerne desta concepção de política económica que procura, á custa dos capitais que são de todos, beneficiar de forma substancial e irreversível uns poucos (e bem poucos, diga-se).

Falta dizer que no desenvolvimento deste processo têm muito peso certas concepções nepotistas e proteccionistas na aplicação destes apoios e ajudas, quase sempre designados por uma palavra doce - os incentivos.

Devo esclarecer que não estou contra os incentivos económicos: estou contra certo tipo de incentivos económicos.

E isto que queria expressar com este parágrafo que acabei de ler.

Quando se põe isto em causa apressam-se alguns a dizer, que é este o sistema, que não há nada a fazer pois é essa a nossa realidade e há outros ainda que mais não lhes ocorre do que invocar falsos paralelismos que primam pelo primarismo.

Só que há realmente muito a fazer para alterar esta situação.

Na organização económica do nosso País coexistem três sectores na economia, a saber, o sector privado, o sector público e o sector cooperativo e qualquer política equilibrada tem que ter em conta esta realidade.

No que toca ao sector privado tem que se ter, além do mais em conta a pequena dimensão da maioria dos empresários e não se pode pretender liquidar ou dificultar a vida aos pequenos, apenas porque são pequenos.

Por outro lado quando ouvimos falar em modernização da economia ouvimos sempre reclamações no sentido de serem abolidas ou limitadas muitas das garantias legais que assistem aos trabalhadores.

Cabe perguntar: que modernização é essa que para se impôr tem que passar por cima das garantias de quem trabalha?

Há de facto que modernizar a nossa economia, mas esse objectivo não pode ser visto fora do quadro da nossa realidade social mais profunda e fora de um quadro de justiça que tem que fazer vencimento efectivo.

Modernizar a economia tendo em vista o interesse de quem trabalha é não só possível no nosso quadro constitucional como deveria ser esse o objectivo dos poderes instituídos.

Só que não se assiste a nada disso no País e nesta Região e este Plano é, uma vez mais, demonstrativo dessa situação.

Alguna coisa se falou do sector cooperativo no Plano, mas a actividade enunciada de apoio a esse sector não está programada.

Bastante se fala do sector público regional ao qual, cabe, nesta Região, tarefas complicadas no transporte aéreo, na produção e distribuição de energia, na actividade bancária e seguradora.

Para além de tudo quanto se prevê, a nível de investimentos, permanecem, no que a nós toca, algumas dúvidas, aliás partilhadas por muitos açorianos, e que dizem respeito às orientações sectoriais respectivas, - estou-me a referir às empresas públicas - de problemas de organização e gestão e outros. No caso de poder dispor ainda de tempo, procurarei ainda abordar alguns desses aspectos posteriormente.

O que se pode concluir, desde já Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, é que a modernização que realmente se pretende nesta nossa economia débil, não passa pelo reforço e desenvolvimento do sector cooperativo, não passa por uma eventual reorganização sob diversas perspectivas do sector público, passa só e apenas e obsessivamente por uma nova organização estrutural do sector privado nas diversas áreas.

Muito em breve veremos aqui nesta Assembleia alguns dos resultados desse esforço de reorganização que passa realmente pela liquidação dos pequenos em favor do reforço ou criação de uns (poucos) grandes.

Mesmo que insistam em dizer que estamos a barafustar, queria afirmar, de forma clara, que não é isto, que é justo e não é isto que

é necessário.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Castanheira Cruz.

Deputado Castanheira Cruz (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

A medida que os anos passam, a experiência governativa nos Açores vai-se enriquecendo e o diagnóstico das nossas potencialidades dos nossos bloqueios e estrangulamentos vai-se melhorando.

Os sucessivos planos do Governo presentes a esta Câmara, são prova evidente de tal testemunho.

A pouco e pouco, as várias componentes do desenvolvimento regional, interactuantes numa Região pequena mas dispersa, cada vez mais põem em evidência, a existência de situações específicas quase de sub-sistemas, diferentes de Ilha para Ilha, que tendo reflexos sobre a situação global de desenvolvimento, têm vindo a impôr a sua consideração de forma bem explícita.

Assim se tem feito, melhorando o diagnóstico dessas situações específicas, quanto aos seus problemas, aos seus recursos e às suas capacidades, de forma a imprimirem-se acções de política e programas sectoriais de investimento, que não são frias intervenções, antes, pelo contrário definem uma vocação operacional própria de uma governação social democrata. Como elemento determinante das políticas de médio prazo 85/88 a realidade ilha encontra-se assim presente.

E se o plano a médio prazo não define o objectivo de desenvolvimento equilibrado, não custa perceber que tal equilíbrio se encontra relacionado com a utilização racional de todas as forças produtivas, para o que concorre as propostas programáticas incluídas no documento agora em debate.

E se os elementos estatísticos, e os quadros cuidadosamente elaborados, mostram disparidades intra-regionais, há que ter sempre e bem presente, que a componente principal destes desequilíbrios será sempre a desvantagem natural das potencialidades produtivas.

Dentro deste princípio, atrevo-me a colocar a questão ao contrário afirmando, que todas as ilhas têm condições para garantir uma participação no desenvolvimento regional, daí que os investimentos em infraestruturas básicas, não só devem assegurar às respectivas populações os chamados benefícios da civilização, mas também contribuir decisivamente para o aproveitamento racional dessas próprias potencialidades.

O processo de desenvolvimento, iniciado com o projecto de autonomia, só terá sentido e eficácia, se formos capazes, todos os açorianos, de criar condições em cada uma das parcelas,

para que as várias componentes do desenvolvimento, se potenciem reciprocamente.

Desta reciprocidade e com esta reciprocidade, S. Miguel ficará mais perto do Corvo e todos nós mais Açorianos.

Sem estes princípios, poder-se-iam fazer planos de curto, de médio e até de longo prazo, com acções de recurso para resolver problemas específicos de cada uma das 9 ilhas, mas nunca se atingiriam os objectivos sociais, culturais, económicos e políticos que hoje nos dão uma identidade própria de uma Região que por vontade própria e eminentemente política se afirma nacional e internacionalmente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falar, hoje em dia, sobre o nosso processo de desenvolvimento e sobre o plano a médio prazo, sem referir que o mesmo não impõe sacrifícios, não resultaria, uma reflexão descomprometida, capaz de proporcionar a clarificação das responsabilidades políticas de hoje e de fortalecer as do futuro.

Somos uma Região pequena, aberta às influências externas, com um sector secundário e terciário à sua dimensão económica e humana, com uma receita pública da actividade produtiva actualmente deficiente, tanto em relação às necessidades quanto à sua capacidade fiscal, com uma produção agrícola diminuta e desproporcionada em termos de força de trabalho e com uma componente energética altamente dependente dos combustíveis importados.

Deste diagnóstico, resulta que o peso da inflação importada que dia a dia bate à porta de todos os açorianos e com particular efeito nas camadas mais desfavorecidas seja uma preocupação constante.

Para minimizar estes efeitos, o plano a médio prazo define algumas acções concretas.

Porém, não vale a pena deixarmo-nos iludir sobre a inflação. Não podemos deixar de viver com ela. Pelo contrário, teremos que nos habituar a viver com ela, acreditando que o que conta é o resultado final, muito embora aqui seja o dever do Governo proceder a um efectivo controle de preços, sujeitos ao regime de fixação administrativa.

O resultado de uma política de subsidiação forte só para dar resposta à componente externa da inflação, far-nos-ia de certo a comer mais barato, mas pelo volume de recursos financeiros que tal opção acarretaria, comprometeria de certo, **todo** o processo de desenvolvimento regional.

Experiências, deste tipo de política, implementadas em outras Regiões, conduziram a resultados desastrosos. E esses não os queremos, sob pena de comprometermos o futuro.

A saúde da nossa economia, está neste aspecto dependente da realidade dos preços do

presente.

E o que dá sentido aos sacrifícios impostos agora é o dizer-se claramente o que se vai ganhar no amanhã.

E neste campo o Partido Social Democrata na Região, não só tem tido discurso como tem tido uma política concertada e adequada à Região do amanhã.

De outro modo, não se entenderia a confiança nele depositada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No horizonte temporal do plano a médio prazo, duas grandes medidas de política económica vão ter lugar.

Refiro-me à lei de orientação agrícola e à adaptação do sistema fiscal, que aparecendo com projectos autónomos, talvez mereça a pena reflectir sobre a questão de um dia serem coordenados e complementarizados. Por exemplo, Srs. Membros do Governo, a sobrevalorização da terra, decorrente das medidas de emparcelamento, talvez possam vir a ser enquadradas do ponto de vista fiscal.

A história económica tem-nos ensinado, quão importante, como fontes de financiamento a qualquer processo de desenvolvimento, representam, quer as acções conducentes a uma utilização racional das potencialidades agrícolas, quer as acções de âmbito fiscal que conduzem à optimização dos recursos.

Hoje em dia, ninguém tem dúvidas que o planeamento económico constitui um instrumento poderoso para acelerar as taxas de desenvolvimento, mas algumas vezes esquecemo-nos de que o poder de um Governo de atingir objectivos específicos, depende em larga medida de se poder alterar ou transferir recursos de usos menos produtivos para usos mais produtivos.

A aplicação correcta, da lei de orientação agrícola, e de um sistema fiscal adequado, motivarão decerto ao aparecimento de uma estrutura de utilização de recursos diferente da actual.

As reformas fiscal e agrícola, alterando o livre jogo das forças económicas, constituirão de certo peça fundamental do planeamento económico regional.

Mas, mudar situações, procedendo à alocação de recursos através de reformas estruturais tendentes à elevação da produtividade agrícola, acarretam sempre grandes resistências políticas e sociais,...

Mas como partido verdadeiramente reformador, teremos de certo a coragem política para as enfrentar e para as suplantar.

A dimensão da propriedade e o uso da terra são vitais do ponto de vista da produtividade agrícola. Se as pessoas não fazem o melhor uso dela e não podem ser compelidas a fazê-lo, compromete-se o processo competitivo espontâ-

neo que promove a expansão de unidades eficientes e a eliminação gradual das unidades ineficientes.

E se vos parecem ambiciosos estas propostas, tenhamos presente que para grandes males, grandes remédios, logo para grandes estrangulamentos, grandes reformas.

Foi assim que se fez, no campo das infraestruturas nos sectores sociais, nomeadamente na saúde e na educação, apostando-se decisivamente no factor mais importante do desenvolvimento económico - o factor humano e a qualidade da força de trabalho.

Esta qualidade, que determina o comportamento dos indivíduos dentro da comunidade, a sua capacidade de poupar, a sua eficiência na execução do seu trabalho, tudo depende amplamente não da raça ou do sangue, como no passado nos impingiram, mas da saúde e da educação.

Os investimentos programados para estes sectores sociais no quadriénio 85/88, confirmam a anterior orientação, procurando dar a devida resposta às situações específicas, que em cada uma das ilhas existem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Plano a Médio Prazo contempla um conjunto realista de programas de investimento e de medidas de política que, interagindo nos sectores sociais e económicos, procuram atingir a eficácia possível nas circunstâncias dadas.

Ao Governo compete esta enorme tarefa.

A nós deputados, competir-nos-á acompanhar minuciosamente as acções do executivo e criticá-las sempre que inflexões se mostrem necessárias, animados por este dever de bem servir, decerto que corresponderemos ao que de nós espera a população dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, estamos muito próximos da hora regimental, de forma que vamos interromper os nossos trabalhos que recomeçarão amanhã às 10,00 horas.

A Ordem de Trabalhos é a seguinte:

- Continuação da discussão e votação do Plano a Médio Prazo, do Plano Anual de 85 e da Proposta de Orçamento para 85;

- Declaração de renúncia de um dos Srs. Deputados;

- Proposta de Resolução do Partido Social Democrata sobre a adesão à CEE.

Estão encerrados os trabalhos. Até amanhã às 10,00 horas.

(Eram 20,00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Mário Freitas).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Alberto Romão, Gabriela Silva, João de Brito, Manuel Avila, Mário Castro; PS - Carlos César).

. A Redactora de 2ª classe: Idília Maria
da Costa Macedo Cardoso.